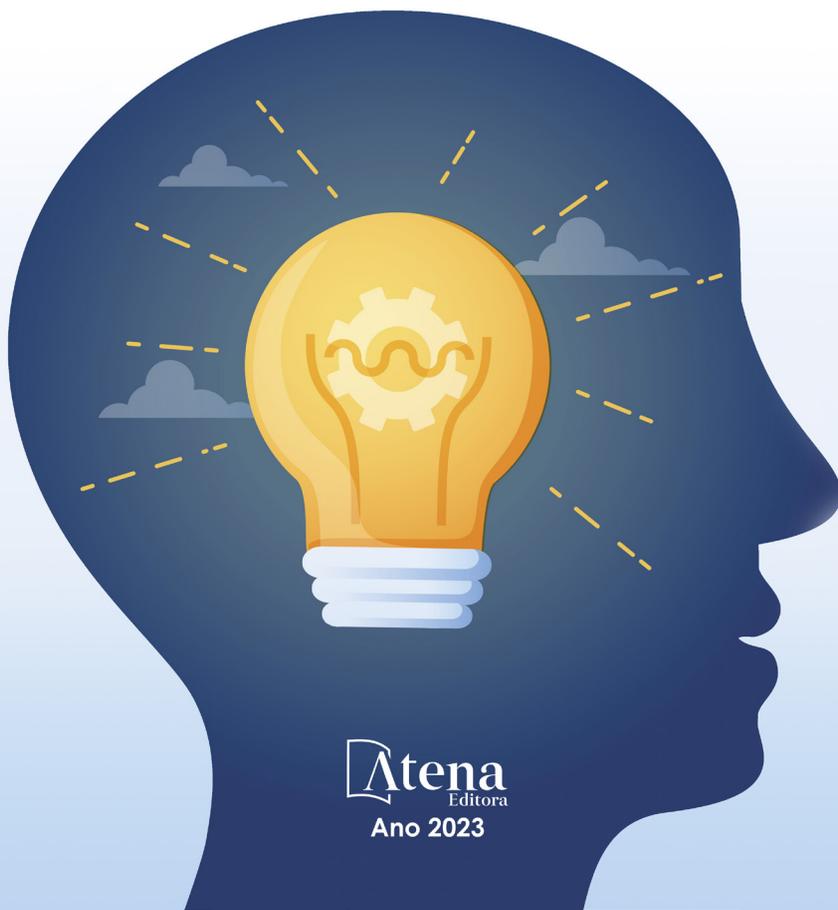


ADELICIO MACHADO DOS SANTOS
(ORGANIZADOR)

TEMAS
À LUZ
DA SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2023

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

(ORGANIZADOR)

TEMAS
À LUZ
DA SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adelcio Machado dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
T278	Temas à luz da sociologia / Organizador Adelcio Machado dos Santos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1041-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.416231502 1. Sociologia. I. Santos, Adelcio Machado dos (Organizador). II. Título. CDD 301
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

“Mais importante, quanto ao meu futuro e à evolução da cadeira de Sociologia I, foi a revisão a que submeti minhas idéias sobre a estratégia de trabalho recomendável ao sociólogo brasileiro, tendo em vista suas possibilidades de contribuição original ao desenvolvimento de teoria sociológica e à solução (ou, pelo menos, ao equacionamento sociológico) dos problemas sociais e dos dilemas históricos do país. Pareceu-me que devíamos optar por uma franca especialização, pela qual se desse maior amplitude empírica e teórica às condições particulares ou específicas de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e sujeita aos controles externos”.

Florestan Fernandes

Em suas relações, as pessoas procuram associar-se com os demais em procura das modificações pretendidas, e é isso que faz deles sujeitos de seu destino histórico. É nessa convivência com os outros que o homem constrói o mundo, a tecnologia, e suma a sociedade em todas as suas dimensões.

As soluções encontradas para a vida em sociedade, determinadas por meio de participação idealizada de todos, requerem um pressuposto: os direitos fundamentais do cidadão e do homem extensivos a todos os indivíduos da coletividade, não apenas a uma de suas partes ou classes. Tais direitos preveem, principalmente, a manutenção da vida e de todas as condições dela decorrentes, como, por exemplo, as condições apropriadas para a sobrevivência digna, ou seja, sem carência dos meios materiais para tanto (saúde, educação, trabalho, transporte, entre outros), a liberdade de pensamento e sua expressão, entre outros. Implica, também, a igualdade universal, o que provoca o acesso de todos a um infindável número de distintos direitos e na posse de bens.

Marcada pela Ciência, a vida passa a apresentar-se por meio de codificações, formalizadas convencionalmente: a informação, o conhecimento, os deveres e direitos de todos, bem como, os mecanismos de funcionamento da realidade apenas é acessível pela posse da cultura letrada.

O que se pode dizer é que a cidadania não é um estado psíquico ou mental, relativo ao simples conhecimento de deveres e direitos.

Pelo contrário, a participação com igualdade no debate e nas resoluções sobre os rumos da comunidade pressupõe não somente o conhecimento das diferenças características da sociedade de classes, mas também o ingresso de todos ao sistema que possibilita entender a realidade, para informar-se sobre seus potenciais e ter a probabilidade de acesso aos seus frutos ou bens materiais, essenciais à sobrevivência digna.

Tais pressupostos levam a entender que a cidadania tem mediações histórico-sociais e existenciais que se proferem entre si, fazendo cada pessoa compartilhar dos bens materiais, sociais e simbólicos.

Ora, tais mediações levam a afirmar que o conceito de cidadania se relaciona à elaboração de todos os integrantes da sociedade ao exercício do governo, à atividade na definição do rumo a ser adotado pela criatividade.

Então, buscar a cidadania, que é um projeto em permanente constituição, é almejar preparar todos os integrantes da comunidade ao exercício do governo. O cidadão precisa ser formado para governar a si e os demais ao seu redor, que, particularmente, tem diferenças, mas devem gozar de condições de igualdade

na acepção dos destinos da cidade, na cogestão das coisas coletivas.

Se cidadania implica ação, está descartada a possibilidade de se admitir, em qualquer atitude que se almeja cidadão, uma passividade dos indivíduos ante a realidade. Isso significa que o conceito de cidadania precisa prever ação dos indivíduos na procura de participarem na definição dos seus próprios destinos históricos, de participarem eficazmente das relações de poder asseguradas na comunidade em que vivem.

Em suma, a Sociologia pode contribuir sobretudo para consolidação da cidadania.

Prof. Dr. Adalcio Machado dos Santos

Sociólogo (MT/SC 222)

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO – ATUALIDADE E PERTINÊNCIA	1
INTRODUÇÃO	2
DESENVOLVIMENTO	3
CONSIDERAÇÕES FINAIS	7
REFERÊNCIAS	8
SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO – ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA CONFESSIONALIDADE	10
INTRODUÇÃO	11
SOCIOLOGIA E RELIGIÃO	12
SOCIOLOGIA	12
RELIGIÃO	14
SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: UM POUCO DE TEORIA.....	15
O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	15
ÉMILE DURKHEIM.....	16
MAX WEBER	17
RELIGIÃO E O SAGRADO	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	20
AÇÃO SOCIAL, MATÉRIA-PRIMA DA SOCIOLOGIA	23
INTRODUÇÃO	24
DESENVOLVIMENTO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	27
SOCIÓLOGOS CLÁSSICOS E A RELIGIÃO	29
INTRODUÇÃO	29
SOCIOLOGIA E RELIGIÃO: EMILE DURKHEIM, FRIEDRICH ENGELS, KARL MARX E MAX WEBER	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36

REFERÊNCIAS	36
LAZER – RELEVANTE FORMAÇÃO SOCIAL.....	38
INTRODUÇÃO	38
O LAZER NA FORMAÇÃO SOCIAL	40
REFLEXÕES SOBRE TRABALHO E LAZER	40
A EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER E ÓCIO	42
LAZER E RECREAÇÃO	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	46
POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA SOCIEDADE JURIDICAMENTE ORGANIZADA.....	48
INTRODUÇÃO	49
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO	50
LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	52
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA SOCIEDADE JURIDICAMENTE ORGANIZADA	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	59
CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E INTERAÇÕES COM A PESQUISA CIENTÍFICA.....	62
INTRODUÇÃO	63
CAPITALISMO X GLOBALIZAÇÃO	64
PESQUISAS CIENTÍFICAS	67
CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM AS PESQUISAS CIENTÍFICAS.....	70
METODOLOGIA.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	74
SOBRE O AUTOR.....	79

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO – ATUALIDADE E PERTINÊNCIA

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC).

Docente, pesquisador e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Rubens Luís Freiburger

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Dreone Mendes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Endereço: Rua Victor Baptista Adami, 800 – Centro – Caçador/SC/Brasil.

RESUMO: A Sociologia consiste no estudo da ordem social, o que significa a regularidade subjacente do comportamento social humano. Ela procura definir as unidades de ação social humana e descobrir o padrão na relação de tais unidades, isto é, saber como se organizam em sistemas de ação. A socialização, processo de aprendizagem da cultura ao ultrapassar a dependência da infância, conduz à interiorização dos valores e objetivos da sociedade. Todo o conhecimento emana de produção social e, por conseguinte, matriz axiológica relativa que se transforma em função do desenvolvimento das sociedades e das

inovações tecnológicas disponíveis. Por conseguinte, a Sociologia do Conhecimento torna-se pertinente num determinado complexo de condições sociais e culturais. Destarte, a abordagem sociológica do conhecimento se reveste de relevância hermenêutica e operacional no ensejo em que se instaura a Era do Conhecimento, podendo, igualmente, contribuir sobremodo para a Gestão do Conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Gestão do conhecimento; Globalização; Sociologia do conhecimento.

KNOWLEDGE SOCIOLOGY - TIMELINESS AND PERTINENCE

ABSTRACT: Sociology consists of the study of social order, which means the underlying regularity of human social behavior. It seeks to define the units of human social action and to discover the pattern in the relationship of such units, that is, to know how they are organized into systems of action. Socialization, the process of learning about culture when overcoming childhood dependency, leads to the interiorization of society's values and objectives. All knowledge emanates from social production and, therefore, a relative axiological matrix that changes according to the development of societies and available technological innovations. Consequently, the Sociology of Knowledge becomes relevant in a given complex of social and cultural conditions. Thus, the sociological approach to knowledge has a hermeneutic and operational relevance in the opportunity in which the Age of Knowledge is established, and it can also contribute greatly

to Knowledge Management.

KEYWORDS: Sociology; Knowledge management; Globalization; Sociology.

INTRODUÇÃO

As maneiras de o ser humano se relacionar em sociedade e consigo próprio, conferir valores, sentidos e significados às suas ações, vivências e projetos constituem uma de suas singularidades diante da Natureza.

A Sociologia constitui, atualmente, área reconhecida e plenamente integrada ao universo epistemológico. A ciência lidera o campo das mudanças na área social e cultural, apresentando importantes rupturas e mudanças na atualidade. (MEZZARROBA; MORAES, 2020).

De outro vértice, a construção do conhecimento há séculos estimula a curiosidade. Configurando uma das subáreas da Ciência supra citada, a Sociologia do Conhecimento evidencia que, tanto quanto os humanos, as ideias imergem das raízes sociais. Ademais disso, o objeto epistêmico da subárea trata da localização social dos conceitos, atrelando o pensamento e seu autor ao social. (CUNHA, 2019).

A disciplina adquire relevância hermenêutica e operacional no ensejo em que a humanidade transita da Era Industrial para a Era do Conhecimento, já que o conhecimento transita nos inúmeros segmentos da vida dos cidadãos.

Pertinentemente, clarificam diversos pesquisadores que as mutações verificadas nas economias centrais projetam luz na passagem de uma sociedade baseada na produção de bens materiais para uma civilização fulcrada no conhecimento.

Neste contexto, avulta o fenômeno denominado pela mídia de “globalização”. Para Vásquez (2020), globalização pode ser conceituado como um fenômeno amplo de mudanças de relacionamentos nas dinâmicas culturais, sociais e econômicas no mundo.

Para McGrew (*apud* Adolfo, 2001), refere-se a processos atuantes em escala global, que ultrapassam fronteiras nacionais dos países, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo mais interconectado através das Tecnologias de Informação (TI). (MANSKE; STAFFEN, 2021).

Destarte, implica movimento de distanciamento do paradigma sociológico clássico da sociedade como sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço.

Isso quer dizer que a globalização, de acordo com o magistério de Almeida; Azevedo (2019), não está somente nas notícias difundidas internacionalmente, é uma modificação dos padrões socioeconômicos e culturais no mundo ocidental, tornando um modelo de

padrão de vida nas diversas esferas.

Ela, ainda, repercute na própria dinâmica das economias e sociedades cada vez mais influenciadas pela produção das multinacionais, pela entrada de capitais na Bolsa, pelo uso de novas tecnologias e bens de consumo importados, pela presença crescente dos temas de política internacional na agenda nacional dos respectivos Estados e pela adesão externa aos projetos dos movimentos sociais nacionais.

O objetivo é identificar o papel da sociologia do conhecimento na atualidade e sua pertinência na sociedade.

DESENVOLVIMENTO

A Sociologia do Conhecimento não constitui disciplina gratuita. Ao desvendar as relações entre as bases sociais e as manifestações mentais, ela facilita a conversão do pensamento em ação, comunicando poder transformador ao saber humano. Assim, esta transmutação leva ao conhecimento e aquisição na dimensão de poder político a serviço da emancipação humana.

Na abordagem sociológica do conhecimento no campo de estudos das ciências sociais encontra-se como primeiro problemática o campo da história das ideias, o qual tem sido extremamente investigado, produzindo inúmeros resultados e aprofundando o conhecimento sobre o tema. (ALVES, 2019).

A Sociologia do Conhecimento, apenas pode ser empreendida tomando-se caminho indireto por meio do conceito do sistema total de uma visão de mundo. Não se pode relacionar diretamente posição intelectual com uma classe social. O que se pode fazer, no entanto, é descobrir o encadeamento entre o estilo de pensamento subjacente a uma dada posição e a motivação intelectual de um determinado grupo social.

Na forma do magistério da lavra de Cunha (2019), a Sociologia do Conhecimento tem seu início nas reflexões realizadas pelo filósofo e economista alemão Karl Marx que determinou que o homem é um ser social inserido em uma sociedade. Em seus estudos, Marx delimita seu interesse de investigação no pensamento humano fundido na atividade humana explorando a dependência funcional de cada posição intelectual da realidade diferenciada do grupo.

O termo conhecimento deve ser tomado em seu sentido mais amplo, uma vez que tais estudos se têm referido a praticamente toda uma gama de produtos culturais (ideias, ideologias, crenças jurídicas e éticas, filosofia, ciência, tecnologia).

Entretanto, qualquer que seja o conceito de conhecimento, a orientação central desta nova disciplina permanece a mesma: as relações entre o conhecimento e os demais fatores existenciais de uma cultura.

Tem-se cultivado a Sociologia do Conhecimento como disciplina distinta especialmente na Alemanha e na França, ao passo que os sociólogos estadunidenses somente nas últimas décadas têm devotado uma atenção cada vez maior aos problemas desta área. (BERTELLI *et al.*, 1974).

Assim, Sociologia do Conhecimento encontra respaldo no pensamento estadunidense por apresentar problemas, conceitos e paradigmas que mais e mais são pertinentes à situação social contemporânea dos Estados Unidos, que vem adquirindo determinadas características daquelas sociedades europeias onde inicialmente desenvolveu esta disciplina. (MAIO; LOPES, 2022).

Destarte, a Sociologia do Conhecimento torna-se pertinente num determinado complexo de condições sociais e culturais. (SOUZA; SILVA, 2020). Devido à intensificação dos conflitos sociais, as diferenças entre as atitudes, valores e modos de pensar dos grupos vão-se acentuando, a ponto de a orientação comum que os reunia anteriormente ser obscurecida por diferenças incompatíveis.

As teorias mais aceitas têm lidado com um ou ambos dos dois principais tipos de relacionamento: relação causal ou funcional; e relação simbólica, orgânica ou significativa.

O sociólogo do conhecimento, baseado em uma compreensão comparativa, pode não só estabelecer origens sociais para as duas posições estremadas, mas construtivamente, implementar a alteração planejada de certas formas físicas que se julgam adequadas para conseguir uma transferência produtiva.

Para Crespi e Fornari (2000) a disciplina Sociologia do Conhecimento visa identificar os nexos que existem entre as condições sociais dentro da respectiva situação histórica, e os sujeitos individuais e coletivos junto com os elementos culturais de conteúdo cognitivo predominante, tais como proposições das ciências naturais e sociais, doutrinas, crenças, explicações racionais etc., que foram criadas, elaboradas e expressas pelos mesmos sujeitos.

A disciplina, por conseguinte, estuda a gênese social do saber, analisando as relações que há entre as estruturas da sociedade e as formas do conhecimento, como também tenta mostrar o modo como tais formas se influenciam mutuamente. (POKOL, 2004).

Nesta perspectiva, evidencia-se, como, a partir de fatores culturais e por meio de um processo de interpretação, emergem resultados representativos, competentes para transformar o sentido do agir e as próprias estruturas sociais.

Em Sociologia, como é notório, o termo estrutura significa aqueles elementos que, em uma sociedade, tendem a consolidar-se de modo constante, permanente e formal. (DUTRA; 2020).

Tais elementos, portanto, se mencionam à sistematicidade tendencial em que se inscreve qualquer formação social na tentativa de determinar, dentro do seu próprio meio, posições e papéis, e fixar ao mesmo tempo o conjunto das instituições. (CRESPI; FORNARI, 2000). Com efeito, a sociedade se configura interação complexa em que o agir social produz estruturas que, uma vez formadas, condicionam o agir sucessivo, sem, contudo, eliminar a própria capacidade de transformar suas estruturas.

O termo processos, portanto, assume um realce central para o conhecimento sociológico, sendo na interpretação que acontece os resultados representativos. A evolução da realidade social é a força da mesma. (SANTOS, 2022).

As estruturas, por conseguinte, não se consolidam contra o processo evolutivo da realidade social, mas sim em força da mesma. Por esta razão, o nexos entre saber e estruturas sociais pode ser pensado como relação entre os vários elementos que concorrem para efetivar a mesma sociedade.

Foi justamente a circularidade da relação entre sociedade e conhecimento que levou numerosos sociólogos a considerarem a sociedade como sendo, na sua totalidade, o resultado de uma construção social.

A Sociologia do Conhecimento explora a dependência funcional de cada ponto de vista intelectual para com a realidade social que os suporta ou fundamenta e divide a sua temática de maneira curiosa, em termos a identificar, ou pouco menos que isso, um de seus capítulos mais fundamentais com o tema gnosiológico das repercussões relativísticas de análise sociológica do pensamento. (SANTOS, 2022).

As singulares condições socioeconômicas e o particular momento de evolução histórica reservam às colônias gregas da Ásia Menor o peculiaríssimo evento histórico da descoberta do *logos*. (MACHADO NETO, 1979).

De posse da insólita descoberta, a elite intelectual dessas afortunadas colônias empreendeu o corajoso processo de derrubada da tradicional concepção mitológica do mundo. (FIGUEIREDO *et al.*, 2022). Ocorre a maneira a substituição por uma coerente interpretação racional da realidade que se manifestou, a princípio, como especial interesse pela problemática do mundo físico e revela-se dominada por uma preocupação de unidade que parece decorrer da vocação de universalidade inerente à verdade.

Clarifica Machado Neto (1979) que a Revolução Industrial significa confirmação da vitória da razão sobre a Natureza, no plano doméstico dos países europeus, o imperialismo e o conseqüente processo de ocidentalização do mundo significou para o plano extra europeu dos países coloniais.

Por esse caminho, o *logos* ocidental conquista o orbe terrestre. Com essa europeização ou ocidentalização do mundo, aos poucos, a crença na ciência vai se tornando

universal. Sob esse aspecto, parece que a vitória da razão é definitiva e inequívoca. (BARBOSA *et al.*, 2022).

Destarte, sob esse prisma a humanidade científica do mundo industrial marchou vitoriosa, de conquista em conquista, pela rota segura do progresso, sob o império da razão governante.

Depois que as Ciências Humanas descobriram o alto grau de condicionamento social das idéias e tornou evidente que as concepções teóricas, em particular, o pensamento filosófico, social e político já não seria mais possível conservar inatingível o culto da razão abstrata à qual o homem ocidental vinha, tradicionalmente, confiando as suas mais calorosas esperanças. (SANTOS, 2022).

Fiel à sua vocação racional, o Ocidente pretende pôr um paradeiro a esse descabro, atribuindo a uma nova atividade científica a tarefa de manipular racionalmente as ideologias, usando a neutralidade e a objetividade da Ciência, para substituir e superar a irresponsável paixão política.

As mudanças históricas associada as novas ideias que aconteceram no corpo social entre o final do século XIX e início do século XX, serviu de berço para o nascimento da Sociologia do Conhecimento.

Embora as análises sociológicas do conhecimento possam verdadeiramente ser realizadas de um ângulo macro ou de um ângulo micro, os grandes assuntos desses estudos são: sociologia do homem de conhecimento; sociologia da obra de conhecimento; sociologia da vigência intelectual. (SANTOS, 2022).

O autor subdivide em três momentos. No primeiro, estuda-se o portador do conhecimento e o seu inventor, em particular, em seu posto social, seu *status*, e os papéis derivados desse *status*. No segundo momento, a análise é concentrada no produto intelectual, na obra de conhecimento, anotando as maiores ou menores vinculações que ela exhibe, conforme sua contextura sistemática peculiar, com o ambiente social em que vem à luz, é divulgada e aceita ou repelida.

Essa vinculação é, à guisa de exemplo, muito maior no pensamento social e político do que na filosofia e, por certo, muito mais intensa na filosofia do que na ciência.

Finalmente, as vigências intelectuais, como uma atmosfera intelectual que circunda a todos, e a cujos influxos estão todos irremediavelmente sujeitos, seria o tema conclusivo de uma teoria sociológica do conhecimento, no momento em que as sociologias especiais estudam o processo da ação recíproca.

Em outros termos, quando o fator cultural, embora formado ao sabor da influência avassalante do condicionamento social, desde que socialmente aceito, como uma vigência, passa, por sua vez, a constituir, como circunstância, um elemento determinante do todo

social e de tudo que nele se passa, inclusive e primordialmente, a vida do espírito. (KOSOP *et al.*, 2022).

À luz do magistério de Machado Neto (1979), pela descrição de sua temática, já se fez truísmo a vinculação da Sociologia do Conhecimento com os outros ramos da Sociologia.

Com isto, se a linguagem envolve uma visão do mundo e da vida, certamente será difícil, muitas vezes, distinguir o âmbito temático de uma análise sociológica da linguagem e do conhecimento. (PEREIRA; OLIVEIRA, 2020).

A Filosofia constitui, a muitos títulos, uma colaboração inestimável para a formação temática da Sociologia do Conhecimento. Por vários caminhos, ela tem iluminado, a seu modo, os problemas do condicionamento social das ideias e dos sistemas de pensamento.

À guisa de exemplo, o Pragmatismo vem, mais insistentemente, coincidindo com a Sociologia do Conhecimento, ao assinalar a função vital do pensamento e, pois, sua vinculação ao real, às motivações vitais do pensador e ao seu enquadramento social. (BELO, 2019).

Nesta aparente desordem da produção do conhecimento humano, emerge, entretanto, a beleza da dinâmica da construção coletiva do conhecimento social.

Desta maneira, a sociologia substantiva do conhecimento encontra-se na teoria da determinação ou condicionamento social do conhecimento. (RIBEIRO, 2021). O conhecimento fornecido pela análise funcionalista permite resolver vários dos problemas que se inscrevem no objeto da sociologia empírica, em particular os que dizem respeito às relações da sociedade com o meio físico ou com o organismo humano, aos processos de socialização através dos quais os indivíduos se transformam em personalidades e são localizados no sistema de posições sociais, à convergência de atitudes e de ideais nos diferentes níveis de comportamento e através das diferentes formas de controle social, à continuidade social, à caracterização e à classificação dos tipos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia está sendo reptada a interpretar o que está acontecendo pelo mundo na época da globalização.

Está sendo desafiada a recuperar e desenvolver o seu diálogo com as outras ciências sociais, a partir do reconhecimento de que a sociedade global é uma sociedade capitalista, burguesa, de classes sociais e grupos sociais, na qual se desenvolvem classes e grupos dominantes, ou blocos de poder de alcance mundial, e classes e grupos subalternos de alcance mundial.

Presentemente, a Sociologia do Conhecimento desenvolve-se no espaço que ela

trata de criar entre o extremo de uma percepção do conhecimento como atividade imparcial e desgarrada do mundo dos humanos e o outro extremo da ideia da fusão e da diminuição total de todas as formas de conhecimento ao jogo de poder econômico e político.

Por fim, o problema heurístico da Sociologia do Conhecimento consiste em verificar como o conhecimento tem sido, em última análise, condicionado em seu conteúdo e em suas condições de produção, nos vários contextos sociais. Seu problema político tem sido o de mencionar as condições que admitem o desenvolvimento de formas de conhecimento dinâmicas, criativas, dotadas de riqueza e profundidade, bem como socialmente relevantes.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, L. G. S. **Globalização e estado contemporâneo**. São Paulo: Memória Jurídica, 2001.

ALMEIDA, M. S. P.; AZEVEDO, S. L. M. Globalização, educação e o contexto midiático. **Revista GeoSertões**, v. 4, n. 8, p. 125-141, 2020.

ALVES, R. A. A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião no Brasil. **Primeiros Estudos**, n. 9, p. 63-94, 2019.

BARBOSA, I. F.; BARBOSA, A. K. S. A.; SOUZA, M. C. Para além do cânone: a mulher nos interesses da recepção da sociologia no Brasil. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 32, 2022.

BELO, J. M. C. História da ciência, práticas discursivas e comunicação didática: uma breve reflexão. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**, v. 20, p. 435-441, 2019.

BERTELLI, A. R.; PALMEIRA, M. G. S.; VELHO, O. G. **Sociologia do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

CRESPI, F.; FORNARI, F. **Introdução à sociologia do conhecimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

CUNHA, M. I. A formação docente na universidade e a ressignificação do senso comum. **Educar em Revista**, v. 35, p. 121-133, 2019.

DUTRA, R. Por uma sociologia sistêmica pós-colonial das diferenças no interior da sociedade mundial moderna. **Sociedade e Estado**, v. 35, p. 259-285, 2020.

FIGUEIREDO, F. J.; SILVA, V. G.; ABSOLON, B. A. Mitos, descobertas geocientíficas e os primórdios da história da Biogeografia. **Revista Sustinere**, v. 10, n. 1, p. 238-288, 2022.

KOSOP, R. J. C.; LIMA, J. E. S. Os Paradigmas da conquista e da contenção representados em “O jogo do exterminador” de Orson Scott Card. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 13, n. 2, p. 350-365, 2022.

MACHADO NETO, A. L. **Formação e temática da sociologia do conhecimento**. São Paulo: Convívio, 1979.

MAIO, M. C.; LOPES, T. C. Entre a ciência e a política: Donald Pierson e a busca por uma sociologia científica no Brasil. **Sociologias**, v. 24, p. 228-266, 2022.

MANSKE, G. S.; STAFFEN, L. W. A influência das tecnologias da informação nas experiências vivenciadas no espaço da educação infantil. **Educação**, p. e121/1-16, 2021.

MEZZAROBA, C.; MORAES, C. E. A. Uma sociologia histórica do campo da Educação Física brasileira—rupturas e atualidade. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)**, v. 12, n. 1, p. 90-113, 2020.

PEREIRA, R. A.; OLIVEIRA, A. M. Análise dialógica do conteúdo temático em gêneros do discurso. **Revista Educação e Linguagens**, v. 9, n. 16, p. 245-264, 2020.

POKOL, B. **Teoria sociológica**. Budapeste: Századvég Kiadó, 2004.

RIBEIRO, E. P. Introdução ao direito como ciência social 50 anos depois: em homenagem aos 90 anos de Cláudio Souto. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2021.

SANTOS, A. M. Sociologia do conhecimento: atualidade e pertinência. **Revista Científica Multiprofissional Núcleo do Conhecimento**, ano 7, ed. 7, v. 2, p. 101-111, 2022.

SOUSA, F. M.; SILVA, M. C. R. O direito à escolarização de crianças e adolescentes com doenças crônicas no Brasil: uma análise a partir do pensamento complexo e da teoria crítica. **Educação**, v. 45, p. 1-21, 2020.

VÁZQUEZ, J. L. V. O relato histórico-filosófico da globalização como ferramenta para a reflexão literária. De um conceito operativo a um estudo de caso. **Literatura: teoria, historia, crítica**, v. 22, n. 1, p. 111-136, 2020.

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO – ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA CONFSSIONALIDADE

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

Joel Aroldo Baad

Doutor e Mestre em Teologia (EST). Bacharel em Teologia e Administração. Docente e pesquisador da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e Educação. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: O mundo religioso é o reflexo do mundo real; a religião não desaparecerá como fruto de uma luta antirreligiosa, mas como efeito da transformação social. Para Durkheim, o Sagrado não se expressa necessariamente num sistema “religioso”, no sentido que o senso comum dos últimos séculos, cartesianamente racionalizadores, gostaria de consagrar: o de um domínio abrigado dos embates da *vida* e da *vida social*. Weber estabelece uma relação entre a religião protestante e os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital. A contribuição de Durkheim para o estudo da religião foi fundamental para a Sociologia, outras vertentes epistêmicas – notadamente o marxismo, a partir da frase de Marx “a religião é o ópio do povo” – relegou o estudo

para um plano secundário. A Sociologia da Religião busca explicar as relações entre religião e sociedade, fundamentando na dimensão social da religião e na dimensão confessional da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Religião; Marx; Weber; Durkheim.

SOCIOLOGY OF RELIGION – ANALYSIS OF THE SOCIAL IMPACT OF CONFSSIONALITY

ABSTRACT: The religious world is the reflection of the real world; religion will not disappear as the fruit of an antireligious struggle, but as the effect of social transformation. For Durkheim, the Sacred is not necessarily expressed in a “religious” system, in the sense that the Cartesian rationalizing common sense of the last centuries would like to enshrine: that of a domain sheltered from the clashes of life and social life. Weber establishes a relationship between Protestant religion and the leaders of the business world and owners of capital. Durkheim’s contribution to the study of religion was fundamental to Sociology, other epistemic strands - notably Marxism, from Marx’s phrase “religion is the opium of the people” - relegated the study to a secondary plan. The Sociology of Religion seeks to explain the relations between religion and society, grounded in the social dimension of religion and the confessional dimension of society.

KEYWORDS: Sociology; Religion; Marx; Weber; Durkheim.

INTRODUÇÃO

A cientificidade proporciona diferentes maneiras de expor a trajetória de determinados tipos de teoria. Em primeiro plano, de acordo com Domingues (2001), pode-se adotar uma abordagem histórica acompanhando o surgimento da disciplina, como a Sociologia, seus desenvolvimentos em cada corrente e escola, os problemas surgidos em função de suas relações com a vida social e de sua atualização através de pesquisas concretas.

O indivíduo desde que nasce, independentemente de sua vontade, tem sua existência disciplinada por grande variedade de normas sociais, que já encontra estabelecidas em seu meio social e que lhes são impostas de forma coercitiva. (SANTOS *et al.*, 2021). Destas sobressai-se, pela sua antiguidade, o costume, norma de convivência social, não estabelecida por qualquer autoridade, decorrente da repetição ininterrupta por longo tempo de um ato ou de uma conduta, garantido pela tradição e pelas sanções sociais. É pois, a norma usual, repetida durante muito tempo em um espaço sociocultural, considerada obrigatória. Compreende preceitos jurídicos, morais, religiosos, regras de etiqueta, de decoro e de cerimonial. (GUSMÃO, 1967)

Num sentido técnico, de acordo com O'Dea (1969), a Sociologia da Religião constitui apenas um aspecto do estudo de relações entre ideias e ideais corporificados em movimentos e formações sociais, e as situações de sua origem, desenvolvimento, florescimento e declínio.

Pode-se afirmar também que nenhuma explicação da religião pode ser completa se não se considerarem suas dimensões sociológicas. (RIBEIRO, 2021). A religião, que se refere às práticas e crenças comuns, é preeminentemente social, e até épocas recentes era encontrada universalmente em todas as sociedades humanas de que tem-se qualquer registro, entre as quais se incluem aquelas cujos restos foram descobertos e interpretados pelos arqueólogos.

Nas sociedades organizadas, a religião é uma das estruturas institucionais importantes que constituem o sistema social total. (MAIA; SALES, 2018). A religião constrói seu espaço nas sociedades, os mandatórios tornam-se autoridades importantes no espaço social e, conflitos e contradições também são vivenciados de forma intensa.

Andragogicamente, este artigo objetiva conceituar a Sociologia da Religião. Para tanto, principia-se, pela conceituação de Sociologia tratando de apresentar o pensamento de alguns dos principais nomes de estudiosos do tema.

Em seguida, à luz de alguns autores, desenvolve-se breve explanação da doutrina sobre o assunto, tratando de oferecer alguns textos e comentários a respeito do pensamento de Marx, Durkheim e Max Weber.

No item seguinte aborda-se o construto de religião, e se encerra com as

Considerações Finais, nas quais são apresentados pontos conclusivos destacados, seguidos da estimulação à continuidade dos estudos e das reflexões sobre a análise epistemológica da Sociologia da Religião.

SOCIOLOGIA E RELIGIÃO

Ao se analisar a religião do ponto de vista sociológico, não se vislumbra a necessidade de questioná-la se é ou não verdadeira, os estudiosos preocupam-se tão somente quanto ao seu aspecto como importante fenômeno social encontrado em todas as sociedades.

Na obra “As formas elementares da vida religiosa”, Durkheim elaborou a definição mais utilizada de religião, explanando que é:

[...] um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, a coisas colocadas à parte e proibidas - crenças e práticas que unem numa comunidade moral única todos os que a adotam. (DIAS, 2000, p. 155).

Dias (2000), ainda destaca que as funções principais da religião giram em torno de três tipos de interesse:

- As doutrinas, que são um padrão de crenças que dizem respeito à natureza do relacionamento do homem com a transcendência;
- Os rituais, que simbolizam essas doutrinas e mantêm as pessoas conscientes de seu significado;
- E a gama de normas de comportamento que estão de acordo com a doutrina.

Uma função não explícita das organizações religiosas refere-se à promoção da sociabilidade. (PRONKO, 2019). Por intermédio do culto, atividades educacionais e celebrações especiais que às igrejas promovem para a reunião das pessoas. Estas encontram companheirismo, recreação, além de facilitar o encontro de casais e a formação de lideranças.

Em suma, as instituições religiosas promovem a sociabilidade, fortalecem a coesão social e aumentam a solidariedade grupal. (DIAS, 2000).

Sociologia

Para Weber, ação social é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. (RONDON FILHO; FREIRE, 2018). Weber dirá que toda vez que se estabelecer uma relação significativa, isto é, algum tipo de sentido entre várias ações sociais, ter-se-á então relações sociais. Só existe ação social quando o indivíduo tenta estabelecer algum tipo de comunicação, a partir de suas ações, com os demais.

Nem toda ação, desse ponto de vista, será social, mas apenas aquelas que impliquem alguma orientação significativa visando outros indivíduos. (TOMAZI, 1993).

Esse autor acrescenta ainda que para Durkheim, a sociedade é um conjunto de

normas de ação, pensamento e sentimento que não existem apenas nas consciências dos indivíduos, mas que são construídas exteriormente, fora das consciências individuais. Durkheim assegura que os fatos sociais são justamente normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade.

A disparidade entre a ação social de Weber e os fatos sociais de Durkheim, é que para Weber a análise está centrada nos indivíduos e em suas ações e, a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais mutuamente citadas. (Duarte, 2019).

Tomazi (1993) também destaca que, de acordo com entendimento de Durkheim, a sociedade prevalece sobre o indivíduo, para esse autor, na vida em sociedade os humanos defrontam-se com regras de conduta que não foram diretamente criadas por este homem, mas que existem e são aceitas na vida em sociedade, devendo ser seguidas por todos.

Vila Nova (1981), de forma peculiar, orienta que a definição de Sociologia como “ciência da sociedade”, pressupõe que se saiba o que é sociedade e, por conseguinte, posta-se diante de uma espécie de círculo vicioso: a Sociologia se define como ciência da sociedade, e a sociedade tem de ser definida pela Sociologia. Portanto, é mais prudente afirmar que a Sociologia é uma ciência.

Sell (2001), corrobora com esta definição, acrescenta que a Sociologia é uma forma de saber científico originado no século XIX. Como qualquer ciência, ela não é fruto do mero acaso, mas responde às necessidades dos homens de seu tempo. Portanto, segundo o autor, a Sociologia tem também as suas causas históricas e sociais. Compreender o contexto no qual a Sociologia nasceu é fator fundamental para se entender as suas características atuais.

Constitui truísmo que a reflexão sobre os fenômenos sociais não encetou com a Sociologia no século XIX, conforme enfatiza Vila Nova (1981). Segundo o autor, antes que Auguste Comte inventasse na primeira metade daquele século a palavra “sociologia” para denominar a nova ciência e proclamasse a necessidade a conveniência e a possibilidade de aplicação dos princípios da ciência – até então aplicados apenas ao estudo dos fenômenos da natureza – ao conhecimento da sociedade, os filósofos ocuparam-se da explicação dos fenômenos sociais. (SILVA, 2020).

As reflexões de Platão e de Aristóteles, por exemplo, na Antiguidade, ou mesmo as de Maquiavel no Século XVI, apesar de toda a revisão, no Renascimento das ideias tradicionais até então predominantes, são muito diversas as teorias sociológicas. A reflexão filosófica a respeito da sociedade difere da Sociologia tanto nos resultados quanto, principalmente, na maneira de alcançá-los. Asseverar que a Sociologia é uma ciência significa, por conseguinte, antes de mais nada, dizer que ela é diferente da Filosofia Social.

(SANTOS *et al.*, 2021).

Por sua vez, Fernandes (1960), destaca que a Sociologia não se limita ao estudo das condições de existência social dos seres humanos. Todavia, essa constitui a porção mais fascinante ou importante de seu objeto e aquela que alimenta a própria preocupação de aplicar o ponto de vista científico à observação e à explicação dos fenômenos sociais. Ora, explica Fernandes (1960), ao se falar do homem como objeto de indagações específicas do pensamento, é impossível fixar com exatidão onde tais indagações se iniciam e quais são os seus limites. Pode-se, no máximo, dizer que essas indagações começam a adquirir consciência científica no mundo moderno, graças à extensão dos princípios e do método da ciência à investigação das condições de existência social dos seres humanos.

Sob outros aspectos, já se disse que o homem sempre foi o principal objeto da curiosidade humana. Atrás do mito da Religião ou da Filosofia sempre se acha um agente humano, que se preocupa, fundamental e primariamente, com questões relativas à origem, à vida e ao destino de seus semelhantes. (FERNANDES, 1960).

Religião

Uma das funções tradicionais da religião, de acordo com alguns peritos da sociologia da religião, é a do ajustamento social. (BOLAN, 1972). A religião, na atualidade, não se estende necessariamente a todos os grupos sociais. Pode ter uma função de ajustamento social somente para as pessoas que a interiorizam e dela fazem um sucedâneo para as deficiências do relacionamento humano. Isto se aplica especialmente às sociedades dominadas pela técnica.

Nesse ponto, a religião surge como a salvadora da interioridade do humanos, das suas relações primárias, intersubjetivas e, principalmente, serve para prever a crescente busca de uma ideologia, isto é, de um sistema de valores. Para Bolan (1972), isso se explica pelo fato de a sociedade técnica ser eminentemente funcional e desconhecer os valores.

No que diz respeito à religião busca-se apoio em O'Dea (1969), quando afirma que nas sociedades organizadas, a religião é uma das estruturas institucionais importante que constituem o sistema social total. No entanto, a religião é diferente de governo e do direito, - que se interessam pela distribuição e pela limitação do poder. (PAIVA *et al.*, 2020). É diferente das instituições econômicas, que se interessam por trabalho, produção e troca. E é diferente da instituição da família, que regula e padroniza as relações entre os sexos, entre gerações, e entre os que se ligam por consanguinidade e afinidade. O interesse central da religião parece referir-se a algo relativamente vago e intangível, cuja realidade empírica está longe de ser clara. Refere-se ao "além", à relação do homem com esse "além" e sua atitude diante deste, e ao que os homens consideram as consequências

práticas do “além” para a vida humana. Refere-se a algo que transcende a experiência.

Mircea Eliade, citado por César (1997), dedicou cinquenta anos de sua vida a pesquisas e viagens na investigação do fenômeno religioso. No seu relacionamento com outras Ciências, embora marcado pela pesquisa etnológica – e sem desprezar o lugar central de uma Ciência da Religião -, Eliade assinala a importância do estudo interdisciplinar do fenômeno religioso, incluindo história, filosofia, psicologia, sociologia, antropologia, teologia, arte. Dizia: “a história das religiões constitui um domínio ilimitado que ninguém pode coordenar” – e isto significa, para Eliade, segundo César (1997) que o historiador não atua como um filólogo, mas como hermenêuta.

De acordo com Quaglia (1964), a religião positivista ou a religião da humanidade está longe de constituir um estágio primário do conhecimento humano, pois o positivismo é uma religião, desde que se atribui à palavra a etimologia “*religare*”. A religião seria, então, todo o conjunto de princípios intelectuais, práticas afetivas e normas de vida capazes de concorrer para o predomínio do altruísmo sobre o egoísmo, quer individual quer coletivo. (BECHARA; BERNARDINO, 2021).

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: UM POUCO DE TEORIA

O Materialismo Histórico Dialético

Lesbaupin (2003) deixa claro que ao falar sobre o marxismo e religião é preciso antes de tudo distinguir o que a tradição vulgarizada do materialismo histórico-dialético transmitiu e o que efetivamente Marx e Engels pensaram sobre a religião. Esta tradição, na opinião do autor, não transmite apenas uma teoria, um conjunto de ideias – resumida no acerto “a religião é o ópio do povo” – mas uma história, a oposição entre as igrejas e o materialismo histórico-dialético, e o cerceamento às igrejas nos países socialistas reais.

Num primeiro momento, Marx assegura que o homem busca a religião como um ópio de que precisa para suportar a divisão, a miséria real. A situação em que o homem vive é “uma situação que necessita de ilusões”, daí a busca da religião. Nesta fase, Marx trabalha a religião como alienação. (LESBAUPIN, 2003)

Em segundo momento, que inicia com a Ideologia Alemã (1845 – onde Marx e Engels situam as ideias como não tendo autonomia própria, como produto da atividade material dos homens.), onde se firmam os princípios teóricos que norteiam a produção intelectual de Marx e considera a religião como uma ideologia. (COSTA; ROSÁRIO, 2021).

Para Marx, a religião consiste no reflexo ilusório, fantástico, das relações de dominação de classe, de exploração - as ideias religiosas exprimem, justificam e escondem a realidade da dominação. A religião é ideologia, falsa consciência. O mundo religioso é o reflexo do mundo real; a religião não desaparece como fruto de uma luta antirreligiosa, mas

como efeito da transformação social. (LESBAUPIN, 2003)

Émile Durkheim

Souto; Souto (1985) afirmam que Durkheim, sociólogo francês (1858-1917), apresenta como posição teórica básica a de considerar a sociedade como o conjunto de fatos sociais, fatos esses a serem tratados como coisas (isto é, como padrões observáveis sistematicamente de fora, com objetividade semelhante à dos cientistas da natureza, levando à descoberta das causas).

Os fatos sociais, enquanto manifestações mais características da vida coletiva (fatos religiosos, morais, jurídicos), se impõem ao indivíduo. São para ele manifestações de coação e guardam, em relação às mentes individuais, uma realidade nova, própria, a ser buscada nas representações (ideias) coletivas do grupo (“consciência coletiva”, que se expressa em moral, religião, etc.). Daí a célebre definição de Durkheim: é fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior. (SOUTO; SOUTO, 1985)

Sanchis (2003) assegura que para Durkheim, o Sagrado não se expressa necessariamente num sistema “religioso”, no sentido que o senso comum dos últimos séculos, cartesianamente racionalizadores, gostaria de consagrar: o de um domínio abrigado dos embates da *vida* e da *vida social*.

No alvitre de Sell (2001), para realizar suas pesquisas na área da teoria sociológica da religião, Durkheim parte daquela que considera como sendo a mais simples das religiões dentro do processo evolutivo: o totemismo. Essa religião, encontrada em vários grupos sociais australianos, não foi estudada diretamente por Durkheim, que se serviu de outros relatos para chegar às suas conclusões. Através do estudo do totemismo, acreditava ele, poder-se-ia aplicar as conclusões das pesquisas para a compreensão de todas as religiões, mesmo aquelas mais evoluídas e complexas.

Para Durkheim, a essência da religião está na distinção da realidade em duas esferas distintas: a esfera sagrada e a esfera profana. A esfera sagrada se compõe de um conjunto de coisas, de crenças e de ritos que formam uma certa unidade, que podemos chamar de religião. A religião envolve tanto o aspecto cognitivo ou cultural (crenças), quanto material ou institucional (ritos) da esfera sagrada. Quando as crenças religiosas são compartilhadas pelo grupo, temos o que Durkheim chama de “igreja”. Quanto à esfera profana, trata-se daquele conjunto da realidade que se define por oposição ao sagrado, constituindo, em geral, a esfera das atividades práticas da vida: economia, família, etc. (SELL, 2001)

Ao definir o fenômeno religião, Durkheim preocupa-se em demonstrar sua origem, afirmando sempre o fato de que este fenômeno tem uma origem social.

Max Weber

Para comentar sobre Max Weber será utilizado como porta de entrada seu texto intitulado “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, na qual o autor procura estabelecer uma relação entre a religião protestante e os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital.

De acordo com Weber (2001), as modernas empresas que fazem uso do sistema racional capitalista de produção estão, em sua grande parte, na Europa Ocidental, de origem preponderantemente protestante. Essa maior participação relativa dos protestantes na propriedade do capital, na direção e na hierarquia superior do trabalho nas grandes e modernas empresas comerciais e industriais, em parte, pode ser explicada por fatores históricos. Embora a religião não seja uma causa das condições econômicas, aparece como resultante delas. Tanto que as regiões de maior desenvolvimento econômico foram particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja.

A emancipação do tradicionalismo econômico aparece como um fato de apoio à tendência de duvidar da santidade da tradição religiosa e de suas autoridades. Os reformadores da Igreja apontavam para a falta de controle da vida cotidiana da Igreja Católica e as classes médias burguesas apoiaram essa visão, cedendo a uma tirania inédita do puritanismo. (DALLABRIDA, 2018).

Há vários motivos para procurar as origens do espírito do capitalismo nas ideias religiosas da Reforma Protestante. Weber (2001) afirma que o conceito protestante de vocação está na raiz do sistema capitalista racional, pois, não há dúvida de que na palavra alemã *Beruf* e na palavra inglesa *calling*, existe uma conotação religiosa, qual seja, a de uma tarefa ordenada, ou pelo menos sugerida por Deus, que se torna mais manifesta a medida em que for maior a ênfase no caso concreto. O Calvinismo atribui ao trabalho um caráter religioso que não existia anteriormente, quando o trabalho era entendido como algo pertencente à vida material que não podia ser dispensado. No entanto, na perspectiva do Calvinismo o trabalho se torna uma vocação, uma atividade de caráter religioso.

Para Ostronoff (2018), os representantes históricos do protestantismo ascético são, sobretudo, os seguintes: 1) Calvinismo, na forma que assumiu na sua principal área de influência da Europa Ocidental no século XVII; 2) o Pietismo, que se desenvolveu inicialmente no seio do movimento Calvinista na Inglaterra e na Holanda, vindo a ser absorvido pelo Luteranismo até o término do século XVII; 3) o Metodismo, que surgiu pela primeira vez em meados do século XVIII, separando-se posteriormente da Igreja Anglicana sob o argumento da necessidade de reavivar o espírito ascético; e 4) as seitas que se derivaram do movimento Batista. Nenhum desses movimentos foram independentes dos demais.

O estudo desses movimentos concentra-se na influência das sanções psicológicas, originadas na crença religiosa, que orientam a conduta do indivíduo.

A racionalização da produção capitalista encontra respaldo nos valores do protestantismo que assegura ao capitalismo um “espírito” ético, ou seja, garante hábitos e ideias que favorecem a procura racional do lucro econômico de maneira ética. Weber (2001), recorrendo, sobretudo ao Calvinismo, procurou evidenciar que a forma de vida pregada por tal forma de religião protestante favorece o comportamento econômico racional, atribuindo significado moral e espiritual positivo a vida terrena, diferentemente do catolicismo que atribuía valor maior a vida eterna e não a terrena.

O Calvinismo apresenta a concepção de que as habilidades humanas devem ser entendidas, enquanto dádivas divinas, devendo a vida diária ser santificada. Destarte, à guisa de exemplo, uma habilidade para o comércio deve ser incentivada, porquanto se constituiu como uma forma de santificar a vida terrena.

RELIGIÃO E O SAGRADO

Religião se constitui em formação social criada em torno da ideia de um ou vários seres sobrenaturais e de sua relação com os humanos, de acordo com o entendimento de Dias (2000).

De acordo com o magistério da lavra de Gusmão (1967 *apud* Ferreira, 2001, p. 201), “as manifestações religiosas ligam-se ao sentimento do sagrado”. Nesse sentido, as organizações religiosas, que são criadas pelas sociedades para ceder vazão e expressão a essas manifestações, prescrevem códigos éticos destinados “a pautar a conduta dos indivíduos para obter um prêmio depois da morte dado por uma divindade ou por um ser sobrenatural”.

Destarte, são as religiões que estabelecem as “relações entre os homens e as divindades”, por meio de um “conjunto de cerimoniais e práticas destinados a satisfazer à vontade de divindades ou de invocá-las”. Daí elas serem constituídas “por uma série de valores sagrados expressos em um credo, objetivados pelos veículos do culto e socializados por uma conduta que se adapta às normas religiosas que unem os membros dentro de um mesmo grupo religioso”, como sustenta Sorokin (*apud* Ferreira, 2001), vinculando-se diretamente a “crenças em potências superiores e controladoras do curso da Natureza e da vida humana”.

Lakatos (1990 *apud* Ferreira, 2001, p. 202) parte de Durkheim que, em sua obra “As formas elementares da vida religiosa”, define religião como sendo um sistema unificado de crenças e práticas relativas as coisas sagradas, isto é, as coisas colocadas à parte e proibidas – crenças e práticas que unem numa comunidade moral única todos os que as

adotam.

O contributo da lavra de Durkheim, para o estudo sistemático da religião, foi fundamental para a Sociologia, uma vez que outras vertentes epistêmicas – notadamente o marxismo, a partir da célebre frase de Marx segundo a qual “a religião é o ópio do povo” – relegam o estudo dessas manifestações para um plano secundário, a respeito do conjunto complexo de reflexões que algumas linhas de estudo da Antropologia vêm realizando sobre essa temática ao longo de sua história científica. (LEAL, 2021).

Para Durkheim, ainda, o contraste entre o sagrado e o profano é o traço que distingue o pensamento religioso, que atribui a seres, lugares, objetos e forças sobrenaturais o caráter sagrado, em face do significado que tem para o crente. O profano, por sua vez, seria tudo aquilo considerado útil, prático ou familiar, que pertence ao mundo cotidiano, sem possuir o significado emocional característico do sagrado. (FERREIRA, 2001).

De acordo com Rodrigues (1995 *apud* Ferreira, 2001), um dos quatro núcleos fundamentais da produção durkheimiana trata especificamente da religião, vinculando-a ao campo das representações coletivas e compreendendo-a como uma forma de representação do mundo, ou mesmo uma forma de concepção do mundo. Tendo situado a Sociologia religiosa no campo de estudo que denominou de fisiologia social, Durkheim aí engloba o estudo das crenças, das práticas e das instituições religiosas.

A religião, afirma Rodrigues (1995 *apud* Ferreira, 2001), com efeito, constitui fenômeno social, porquanto sempre se configurou em grupo, ou seja, de uma Igreja e até, na grande generalidade dos casos, assim a igreja e a sociedade política se confundem. Até recentemente, as pessoas eram fiéis a tais divindades simplesmente porque eram cidadãos de tal Estado. Em todo caso, os dogmas e os mitos consistem em sistemas de crenças comuns a toda uma coletividade e são obrigatórios para todos os membros dessa coletividade. O mesmo ocorre com os ritos.

Ferreira (2001), outrossim, clarifica que parcela significativa dos estudos clássicos da Sociologia, da Antropologia e da História compreende os fenômenos confessionais partir de uma vinculação ideal e apriorística, como foi demonstrado, entre a religião e o sagrado. Estudos mais recentes estabelecem, no entanto, distinções relevantes do tocante a essa vinculação, notadamente em relação às grandes religiões monoteístas ocidentais.

A conclusão a que se chega sobre o que ocorre atualmente com as religiões ocidentais modernas é objetiva. Só é possível manter a acumulação capitalista por meio da lógica de consumo pelo consumo, de forma irracional; ou seja, pelo imperativo da lógica do consumismo sobre todas as instâncias e formas de organização da sociedade. A consequência direta é que “o ter, de meio que é para o sagrado, transforma-se em objetivo último de toda a existência”. Em decorrência dessa constatação, sustenta-se que hoje a

Igreja é uma simples instituição política que tem na religião a sua razão de ser, à medida que seus referenciais são comuns aos valores da modernidade, que desencantou o mundo. (Ferreira, 2001).

Ainda citando as reflexões do mesmo autor, enfatiza-se que a comunicação de massa usa e é amplamente utilizada pelas grandes religiões institucionalizadas, uma vez que a propagação de seus propósitos é, em última instância, comum. De um lado, os meios de comunicação de massa faturam vultosas somas com o movimento voltado para o consumo do negócio da fé. De outro, essas religiões buscam conquistar e garantir fatias maiores de seu público-alvo, os fiéis consumidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo foi possível observar que desde os primeiros escritos de Max Weber, a Sociologia da Religião tem retratado a profecia hebraica como a própria matriz do racionalismo ocidental, da mesma maneira em que Ihe tem infligido a promessa de um futuro no qual Israel prevalecerá sobre todas as outras nações.

Dentro desse contexto, a ação social, de acordo com entendimento de Weber, é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. Já, de acordo com entendimento de Durkheim, os fatos sociais são justamente essas normas coletivas que dão orientação a vida dos indivíduos em sociedade. Sendo assim, observa-se que a diferença entre a ação social de Weber e os fatos sociais de Durkheim, é que para o primeiro a análise está situada nos indivíduos e em suas ações e, pode a sociedade ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente mencionadas.

A Sociologia, como qualquer outra Ciência, não é fruto de um simples acaso, no entanto responde às necessidades dos homens de seu tempo. A reflexão filosófica a respeito da sociedade contemporânea da Sociologia tanto nos resultados quanto na maneira de alcançá-los, de maneira bastante direta. Nesse ínterim, o mundo religioso é o reflexo do mundo real; a religião não desaparecerá como fruto de uma luta antirreligiosa, mas como efeito da transformação social.

Em conclusão, posto que não de maneira concreta, a Sociologia da Religião tem o intento de explicar empiricamente as relações mútuas entre religião e sociedade, sendo que seus estudos fundamentam-se na dimensão social da religião e na dimensão confessional da sociedade.

REFERÊNCIAS

BECHARA, F.; BERNARDINO, S. A motivação para o trabalho dos voluntários: o caso da Associação VENCER. **Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting**, v. 7, n. 13, 2021.

BOLAN, V. **Sociologia da secularização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

CESAR, W. Mircea Eliáde: sagrado e profano – religiões e existência humana. *In*: ROLIN, F. C. (org.). **A Religião numa sociedade em transformação**. Petrópolis, Vozes, 1997.

COSTA, J. N. L.; ROSÁRIO, M. J. A. Juventude e classe. **Revista Conexões de Saberes**, v. 3, n. 1, p. 24-32, 2019.

DALLABRIDA, N. As reformas religiosas e o nascimento da escolarização ocidental. **Comunicações**, v. 25, n. 2, p. 207-223, 2018.

DIAS, R. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo: Alínea, 2000.

DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUARTE, S. C. Classe, técnica e moral: o Estado em perspectiva sociológica. **Revista Interscientia**, v. 7, n. 1, p. 83-101, 2019.

FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

FERREIRA, D. **Manual de sociologia**: dos clássicos à sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2001.

GUSMÃO, P. D. **Manual de sociologia**. São Paulo: Forense, 1967.

LEAL, J. Tematizações do sincretismo na antropologia das religiões afro-brasileiras (1930-1940). **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 623-649, 2021.

LESBAUNPIN, I. Marxismo e Religião. *In*: TEIXEIRA, F. (coord.). **Sociologia da Religião**: enfoques teóricos. Petrópolis, Vozes, 2003.

MAIA, C. P.; SALES, L. M. P. Ação Católica e modernidade religiosa: um debate sobre a autonomia do leigo. **Debates do NER**, v. 2, n. 34, p. 155-182, 2018.

O'DEA, T. F. **Sociologia da Religião**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

OSTRONOFF, L. Vida e obra do amor em Max Weber. *In*: TONKONOFF, S. (ed.). **Pensar lo social**: pluralismo teórico em América Latina. Lima: CLACSO, 2018. p. 77-98.

PAIVA, V; ANTUNES, M. C.; SANCHEZ, M. N. O direito à prevenção da aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, 2019.

PRONKO, M. A. Modelar o comportamento. **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 167-180, 2019.

QUAGLIA, V. C. **Sociologia**: princípios e problemas. São Paulo: Editora Juriscredi Ltda, 1964.

RIBEIRO, C. O. Autoridade religiosa, diversidade e o princípio pluralista. **Estudos de Religião**, v. 35, n. 3, p. 189-215, 2021.

RONDON FILHO, E. B.; FREIRE, F. X. Monopólio legítimo da força como processo civilizador: Weber e Elias em perspectiva. SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 12. 10-13 nov. 2009, Recife. **Anais eletrônico** [...]. Recife: Universidade Federal do Recife, 2018. v. 12, p. 1-8. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/34465763-Monopolio-legitimo-da-forca-como-processo-civilizador-weber-e-elias-em-perspectiva.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

SANCHIS, P. A contribuição de Émile Durkheim. *In*: TEIXEIRA, F. (coord.) **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTOS, A. M.; FREIBERGER, R. L.; MENDES, D. Ação social, matéria-prima da Sociologia. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e55101415678-e55101415678, 2021.

SELL, C. E. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí: Ed. Univali, 2001.

SOUTO, C.; SOUTO, S. **A explicação sociológica: uma introdução à Sociologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1985.

SILVA, G. P. **Os homens do futuro e o passado pombalino: memória, comemoração, história**. 2020. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Históricas, Lisboa, Portugal, 2020.

TOMAZI, N. D. (coord.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

VILA NOVA, S. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1981.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

AÇÃO SOCIAL, MATÉRIA-PRIMA DA SOCIOLOGIA

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Rubens Luís Freiberger

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Dreon Mendes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Sociedade e Desenvolvimento da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: Os indivíduos habitam as sociedades é nesse ambiente que ocorre a ação social, quando o indivíduo estabelece uma relação significativa, ou seja, quando tenta estabelecer algum tipo de comunicação durante a realização de uma ação social com outro(s) indivíduo(s). A ação social acontece entre indivíduo(s) quando diz respeito sobre o comportamento de outros e orienta-se por este(s) para o seu desenvolvimento (WEBER, 1921). A Sociologia vai mais além do que o simples estudo das condições de existência social dos seres humanos. (FERNANDES, 1960). A ciência busca entender as interações sociais, desenvolvidas durante as ações sociais, nos mais diversos tipos de agrupamentos humanos. A manutenção da sociedade precisa ser conservada com uma moral coletiva, na divisão social do trabalho, solidariedade orgânica gerida por tradições, hábitos, valores e códigos morais

que orientem a vida dos indivíduos em sociedade. Conclui-se que socialização guia e organiza o desenvolvimento do homem em concordância com os objetivos que a sociedade persegue.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Ação social; Construto estratégico.

SOCIAL ACTION, RAW MATERIAL OF SOCIOLOGY

ABSTRACT: Individuals inhabit societies and it is in this environment that social action occurs, when the individual establishes a meaningful relationship, that is, when he/she attempts to establish some type of communication while performing a social action with other individual(s). Social action takes place between individual(s) when it concerns the behavior of others and is guided by them for its development. (WEBER, 1921). Sociology goes beyond the simple study of the conditions of social existence of human beings. (FERNANDES, 1960). Science seeks to understand social interactions, developed during social actions, in the most diverse types of human groupings. The maintenance of society needs to be maintained with a collective moral, in the social division of labor, organic solidarity managed by traditions, habits, values and moral codes that guide the life of individuals in society. It is conclude that the socialization guides and organizes the development of man in accordance with the goals society pursues.

KEYWORDS: Sociology; Social action; Strategic construct.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade a ação social acontece quando o indivíduo estabelece uma relação significativa, ou seja, quando tenta estabelecer algum tipo de comunicação durante a realização de uma ação social com outro(s) indivíduo(s). Nem toda ação realizada entre os indivíduos pode ser considerada uma ação social, será social, mas apenas aquelas que impliquem alguma orientação significativa visando outros indivíduos. (TOMAZI, 1993).

A ação tem sentido quando planejada e executada, se a ação acontece sem essa sequência de passos e sem a participação do outro, a ação é social. Lembrando que a ação social difere para cada um dos envolvidos no seu movimento, para aquele que a executa, para aquele que interage e para aquele que observa. (GARCEZ, 2014).

O pensamento sociológico de Weber inicia-se a partir das relações sociais dos indivíduos com o meio social, para o sociólogo a sociedade baseia-se na concepção da ação social e a sociologia é a ciência que a compreende e a estuda. (SILVA; AMORIM, 2012).

Para o Sociólogo Emile Durkheim, a sociedade é um conjunto de normas de ação, pensamento e sentimento, que prevalece sobre o indivíduo. Não existe apenas nas consciências dos indivíduos, mas que são construídas exteriormente, fora das consciências individuais. Sem esse conjunto as sociedades não existem e os indivíduos não seriam obrigados a obedecê-las. (LUCENA, 2010).

Vila Nova (1981), de forma peculiar, orienta que a definição de Sociologia como “ciência da sociedade”, pressupõe que se saiba o que é sociedade e, por conseguinte, se posta diante de uma espécie de círculo vicioso: a Sociologia se define como “ciência” da sociedade, e a sociedade têm de ser definida pela Sociologia. Portanto, é mais prudente afirmar que a Sociologia é uma ciência.

Sell (2001) corrobora esta definição, acrescentando que a Sociologia é uma forma de saber científico originado no século XIX. Como qualquer ciência, ela não é fruto do mero acaso, mas responde às necessidades dos homens de seu tempo.

Por conseguinte, segundo o autor, a Sociologia tem também as suas causas históricas e sociais. Compreender o contexto no qual a Sociologia nasceu é fator fundamental para se entender as suas características atuais e a ação social.

DESENVOLVIMENTO

Constitui truísmo que a reflexão sobre os fenômenos sociais não encetou com a Sociologia, no século XIX, conforme enfatiza Vila Nova (1981).

Em consonância com este o autor, antes que Auguste Comte inventasse, na primeira

metade daquele século a palavra “sociologia” para denominar a nova ciência e proclamasse a necessidade, a conveniência e a possibilidade de aplicação dos princípios da ciência – até então aplicados apenas ao estudo dos fenômenos da natureza – ao conhecimento da sociedade, os filósofos ocuparam-se da explicação dos fenômenos sociais.

As reflexões de Platão, de Aristóteles, por exemplo, na Antiguidade, ou mesmo de Maquiavel já no Século XVI, apesar de toda a revisão, no Renascimento, das ideias tradicionais até então predominantes, são muito diversas das teorias sociológicas. A reflexão filosófica a respeito da sociedade difere da Sociologia tanto nos resultados quanto, principalmente, na maneira de alcançá-los. (VALLE, 2021).

Asseverar que a Sociologia é uma ciência significa, por conseguinte, antes de tudo é dizer que ela difere da Filosofia Social.

A Filosofia Social é a filosofia das ciências sociais, uma ciência pós-positivista que acredita em uma sociedade emancipada com a atual organização social sob a forma de uma tendência para o desenvolvimento, apesar dos conflitos sociais existentes. Dessa forma, a filosofia social se ocupa de três atividades: o conceito sobre uma instituição, como ela funciona e como ela se efetiva. (ASSAL, 2017).

Por sua vez, Fernandes (1960) destaca que a Sociologia vai mais além do que o simples estudo das condições de existência social dos seres humanos. Todavia, os seres humanos é a porção mais interessante de seu objeto de estudo e aquele que instigou a aplicação do ponto de vista científico à observação e à explicação dos fenômenos sociais.

O mesmo autor ao escrever sobre o homem como objeto de indagações específicas do pensamento, tem dificuldade de identificar onde tais indagações se iniciam e quais são seus limites. No entanto, afirma que tais indagações se iniciam com a consciência científica no mundo moderno, a partir dos princípios e do método da ciência que procurou investigar e compreender as condições da vida social dos seres humanos.

Fernandes (1960) também infere que o homem, assim como as condições de vida social dos grupos humanos, foi o principal objeto da curiosidade humana. Quando se dialoga sobre a Religião ou a Filosofia há sempre a preocupação do agente humano sobre os temas, fundamentalmente, com questões sobre a origem do homem, da vida e o destino de seus iguais. A cientificidade proporciona diferentes maneiras de expor a trajetória e determinado tipo de teoria.

Em primeiro plano, de acordo com Domingues (2001), pode-se adotar uma abordagem histórica acompanhando o surgimento da disciplina, aqui estudada, a Sociologia, seus desenvolvimentos em cada corrente e escola, os problemas surgidos em função de suas relações com a vida social e de sua atualização através de pesquisas concretas.

O indivíduo desde que nasce, independentemente de sua vontade, tem sua existência

disciplinada por grande variedade de normas sociais, que já encontra estabelecidas em seu meio social e que lhes são impostas de forma coercitiva. (SOUZA, 2019). Destas se sobressai, pela sua antiguidade, o costume, norma de convivência social, não estabelecida por qualquer autoridade, decorrente da repetição ininterrupta por longo tempo de um ato ou de uma conduta, garantido pela tradição e pelas sanções sociais.

A sociedade como estrutura que abriga os grupos humanos e reconhece o homem como ser social, passa a ser formalizado a partir do século XVI, por pensadores e percussores da sociologia como Rosseau, Hobbes e Locke, que tinham cada um, o conceito particular de homem. Mesmo com conceitos diferentes, os pensadores concordavam que para o homem viver em sociedade é necessário negar o egoísmo e o individualismo para alcançar segurança e reconhecimento social. (MALLMANN, 2018).

Para Lucena (2010), Durkheim define o individualismo como o maior inimigo da sociedade, o individualismo destrói sua constituição e manutenção. A sociedade precisa ser mantida com uma moral coletiva expressa na divisão social do trabalho manifestada por uma solidariedade orgânica gerida por tradições, hábitos, valores e códigos morais que orientam a vida dos indivíduos em sociedade.

Tomazi (1993) também destaca que, de acordo com entendimento de Durkheim, a sociedade prevalece sobre o indivíduo, para esse autor, na vida em sociedade os humanos se defrontam com regras de conduta que não foram diretamente criadas por este homem, mas que existem e são aceitas na vida em sociedade, devendo ser seguidas por todos.

Para o Sociólogo Max Weber ação é um comportamento humano interno ou externo, permitido ou omitido, sempre que o(s) individuo(s) se relacione com um sentido subjetivo. A ação social acontece entre individuo(s) quando diz respeito sobre o comportamento de outros e orienta-se por este(s) para o seu desenvolvimento. (WEBER, 2001).

Intrinsicamente ligados no desenvolvimento do homem está à relação entre educação e sociedade. A educação é um processo de construção e transformação humana através da aprendizagem, oferecimento de ferramentas e habilidades para que o ser humano se relacione e conviva com outros seres humanos em sociedade. (TOZONI-REIS, 2020).

Para Malmann (2018), refletindo sobre o pensamento de Durkheim, coloca que a sociedade é movida de forma mecânica, repetitiva e previsível, o trabalho, o fato social e a ação social, vão direcionando as ações dos homens no meio social, nas interações sociais e de certa maneira provocando a segregação dos indivíduos.

O homem se acomoda as condições que lhe são impostas, sem criatividade e medíocre colhe as migalhas sociais que lhe são oferecidas, obedece sem questionar, vive e morre dentro das regras impostas, faz parte da massa. (MALMANN, 2018).

É, pois, a norma usual, repetida durante muito tempo em um espaço sociocultural,

considerada obrigatória, que compreende preceitos jurídicos, morais, religiosos, regras de etiqueta, de decore e de cerimonial. (GUSMÃO, 1967).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Lenhard (1978), o ser humano recém-nascido, que se apresenta como futuro membro da sociedade e conhecedor de sua cultura que começa, por ser, apenas, um organismo, possuindo um potencial de desenvolvimento psíquico, mas não uma “personalidade”, propriamente dita.

É humano em um sentido ético, como objeto de valor social e não como sujeito de vontade, conhecimento e capacidade, sendo que é a socialização por meio da educação que faz crescer nele a humanidade ativa.

A sociedade em que vive lhe impõe por costume e antiguidade, as regras, as normas e a moral, construídas e repetidas ao longo do tempo por outros seres humanos. A não adequação e a falta de respeito às tradições serão cobradas pelas sanções sociais.

Destarte, a socialização orienta e organiza o desenvolvimento do homem em concordância com os objetivos que a sociedade persegue. A educação possibilita também, conforme os princípios pedagógicos existentes, um meio ou situação de desenvolvimento especial e individual, de um homem ser desenvolvido pelos princípios da sociedade ou seria o fato do homem estabelecer/renovar a sociedade que habita.

Ademais disso, a ação social origina condições para que a personalidade forme e oriente suas atividades. Por fim, todo esse processo possibilita a socialização do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ASSAL, J. H. A questão do argumento social-ontológico na filosofia social: a instituição social como fonte de pesquisa crítico-normativa. **Revista de Filosofia**, v. 16, n. 2, p. 205-220, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5766/576664554014/html/index.html> Acesso em: 20 abr. 2021.

DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

GARCEZ, E. F. Weber, Schutz e a busca de “sentido” na ação social: uma análise comparativa. **Em Tese**, v. 11, n. 1, p. 63-90, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2014v11n1p63/28682> Acesso em: 19 abr. 2021.

GUSMÃO, P. D. **Manual de sociologia**. São Paulo: Forense, 1967.

LUCENA, C. O pensamento educacional de Émile Durkheim. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 40, p. 295-305, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639820> Acesso 18 mar. 2021.

MALLMANN, I. C. O papel do indivíduo para o desenvolvimento da sociedade. **Cadernos de Ontopsicologia**, n. 1, ed. esp., p. 117-128, 2018. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/285/306> Acesso em: 1 abr. 2021.

SELL, C. E. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí (SC): Ed. Univali, 2001.

SILVA, J. A. M.; AMORIM, W. L. O pensamento sociológico de Max Weber e a educação. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 6, n. 1, p. 100-110, 2012.

SOUZA, L. B.. A radioativa estufa de Mario Bellatin: o desabrochar de anômalas flores. **Tabuleiro de Letras**, v. 13, n. 2, p. 43-57, 2019.

TOMAZI, N. D. (coord.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

TOZONI-REIS, M. F. C. “**A contribuição da Sociologia da Educação para a compreensão da educação escolar**”. Texto produzido especialmente para a disciplina Sociologia da Educação do Curso de Pedagogia oferecido pela UNESP através da UNIVESP-TV. (Maria Freitas de Campos Tozoni-Reis.) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. 2020. pp. 15. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/A-Contribui%C3%A7%C3%A3o-da-Sociologia-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-1.pdf> Acesso em: 15 maio 2021.

VALLE, I. R. O mais historiador dos sociólogos: Norbert Elias entre a generalização sociológica e a diferenciação histórica. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 10, n. 2, 2021.

VILA NOVA, S. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1981.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

SOCIÓLOGOS CLÁSSICOS E A RELIGIÃO

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da (Uniarp). Advogado (OAB/SC nº 4912). Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

Dreone Mendes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

Rubens Luis Freiberger

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: Objetivo de identificar reflexões a partir das ideias dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, sobre o significado da religião. Pesquisa qualitativa, descritiva-reflexiva, de revisão bibliográfica. Nos resultados, para Durkheim o sagrado não se expressa num sistema “religioso”, domínio abrigado dos embates da *vida* e da *vida social*. Engels coloca que correntes religiosas e os elementos sociais se aproximam como os crentes a sua classe social. Diferenças geram conflitos, consequentemente lutas entre classes sociais. Para Marx o homem constrói as religiões, a sociedade e o Estado. A religião é um sistema de ilusão para o homem suportar viver em sociedade. Weber acreditava que o sistema Capitalista tem ideias na Reforma Protestante. Enquanto o catolicismo atribuía valor a vida eterna. Concluímos que a maior contribuição dos sociólogos sobre o tema é

a descoberta da relevância provocada pelas filiações religiosas e a estratificação social nas civilizações ocidentais.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Religião; Engels; Marx; Weber; Durkheim.

CLASSICAL SOCIOLOGISTS AND RELIGION

ABSTRACT: The objective is to identify reflections based on the ideas of sociologists Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx and Max Weber, about the meaning of religion. Qualitative, descriptive-reflexive, literature review research. In the results, for Durkheim the sacred is not expressed in a “religious” system, a domain sheltered from the clashes of life and social life. Engels posits that religious currents and social elements approach each other like believers to their social class. Differences generate conflicts, consequently struggles between social classes. For Marx man constructs religions, society and the state. Religion is a system of illusion for man to endure living in society. Weber believed that the Capitalist system has ideas in the Protestant Reformation. While Catholicism attributed value to eternal life. We conclude that the greatest contribution of sociologists on the subject is the discovery of the relevance caused by religious affiliations and social stratification in Western civilizations.

KEYWORDS: Sociology; Religion; Engels; Marx; Engels; Marx.

INTRODUÇÃO

A origem etimológica da palavra

Religião vem do latim *Religare*, significa religar, unir, atar, juntar o homem ao seu criador, a palavra está relacionada ao cristianismo, citada por Cícero na obra *De natura deorum* (45 a.C.). (FIGUEIREDO, 2019).

O homem vem compartilhando o pão com seu semelhante à centenas de anos, atendendo aos escritos de um código de costumes, condutas e morais, denominado pelas religiões como Bíblia, Alcorão, entre outros. Ações executadas no simples ato de compartilhar uma refeição e, sentimentos que emerge há mais de 200 mil anos quando os agrupamentos humanos formam os primeiros núcleos sociais. (BBC, 2019).

As religiões e as sociedades evoluíram paralelamente, construindo um universo de reflexão individual e social, pois envolve um contrato entre aqueles que exercitam e desejam alcançar o desenvolvimento espiritual e humano. A cada nova apropriação de um elemento ou símbolo religioso, se confere um novo sentido de reflexão todo especial a determinado grupo social, assim, a sociedade e a religião assumem diferentes dimensões quando analisados a luz da ciência. (BERNARDI; CASTILHO, 2016).

Inúmeras são as áreas que buscam conceituar e decifrar os enigmas religiosos, como a História, a Filosofia, a Teologia, a Sociologia, entre outras. Pesquisadores da Antropologia e da Sociologia foram os que mais se aprofundaram a estudar o tema. (FIGUEREDO 2019).

Lesbaupin (2003) deixa claro que ao falar sobre o marxismo e religião é preciso antes de tudo distinguir o que a tradição vulgarizada do materialismo histórico-dialético transmitiu e o que efetivamente Marx e Engels pensaram sobre religião.

Esta tradição, na opinião do autor, não transmitiu apenas uma teoria, um conjunto de ideias – resumida no acerto “a religião é o ópio do povo” – mas uma história, a oposição entre as igrejas e o materialismo histórico-dialético, e o cerceamento às igrejas nos países socialistas reais.

Em um primeiro momento, Marx assegura que o homem busca a religião como um ópio, de que precisa para suportar a divisão e a miséria real. A situação em que o homem vive é “uma situação que necessita de ilusões”, daí a busca da religião. Nesta fase, Marx trabalha a religião como *alienação*. (LESBAUPIN, 2003)

Em um segundo momento, que inicia com a *Ideologia Alemã* (1845), Marx e Engels situa as ideias, como não tendo autonomia própria, como produto da atividade material dos homens, onde se firmam os princípios teóricos que norteiam a produção intelectual de Marx e considera a religião como *ideologia*.

Karl Marx, um ateu convicto, observa a religião como um reflexo ilusório, fantástico, das relações de dominação de classe, de exploração: as ideias religiosas exprimem e suavizam a realidade da dominação. (CHAGAS, 2017).

Para Friedrich Engels, a religião é um fenômeno que nasce no seio de uma

sociedade, cada indivíduo a conceitua a seu modo e está relacionada com a classe social a que pertence. (RIBEIRO, 2020).

Emile Durkeim estabelece o papel da religião no interior da vida social, sugere que ao se estudar a religião o pesquisador se coloque no lugar do crente. O foco do estudo do fenômeno social é a religião. (QUEIROZ, 2017).

A religião é ideologia, todavia não falsa consciência. O mundo religioso é o reflexo do mundo real a religião não configura alienação, mas se trata de anestesia para as mazelas que demandam transformação social. (LESBAUPIN, 2003).

Objetiva-se com o estudo objetivo identificar reflexões, realizadas a partir dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, sobre o significado da religião na sociedade.

Apresentamos reflexões encontradas na literatura, a partir das ideias dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, sobre a concepção de religião e seu papel na sociedade.

SOCIOLOGIA E RELIGIÃO: EMILE DURKHEIM, FRIEDRICH ENGELS, KARL MARX E MAX WEBER

A maneira como a sociedade impõe regras a seus membros é semelhante ao das religiões quando apresentam seus fundamentos aos crentes. O código de regras/conduitas religiosas e as leis/conduitas de uma sociedade são construídos em comum acordo. Os membros das instituições devem seguir as regras com respeito e estas devem ser entoadas por todos os seus membros. As dissidências são resolvidas com o afastamento físico ou censura dos infiéis. (DURKEIM, 1968).

Dessa forma, Souto e Souto (1985) afirmam que, o francês, sociólogo, psicólogo, filósofo Emile Durkheim (1858-1917), apresentou como posição teórica básica a de considerar a sociedade como um conjunto de fatos sociais, fatos esses a serem tratados como coisas (isto é, como padrões observáveis sistematicamente de fora, com objetividade semelhante à dos cientistas da natureza, levando à descoberta das causas). Na produção literária de Durkheim, o sociólogo sempre realizou reflexões e estudos sobre religião.

Os fenômenos/fatos sociais, não necessariamente são materiais, enquanto manifestações/valores mais característicos da vida coletiva (fatos religiosos, morais, jurídicos) se impõem ao indivíduo. Daí a célebre definição de Durkheim: “é fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior”. São para ele manifestações de coação e guardam, em relação às mentes individuais, uma realidade nova, própria, a ser buscada nas representações (ideias) coletivas do grupo (“consciência coletiva”, que se expressa em moral, religião, etc.). (QUEIROZ, 2017).

A religião é entendida como um modelo cultural-simbólico, símbolos que buscam motivar concepções existenciais nos indivíduos. Diferentemente das religiões não oriundas do continente europeu, como o budismo e o hinduísmo, os ocidentais tem dificuldade de conceituar religião. O Budismo, o Hinduísmo e o Islão, estão classificados como religiões a partir da visão ocidental. (QUEIROZ, 2017).

O hábito de enquadrar a religiosidade como salvadora da interioridade humana, faz com que o sagrado seja visto como um sistema de regras e normas denominado religião. Para Durkheim, o Sagrado não se expressa necessariamente em um sistema “religioso”, conceito admitido nos últimos séculos, cartesianamente racionalizadores consagram como o de um domínio abrigado dos embates da *vida* e da *vida social*. (SANTOS, 2021).

Durkheim considera como sendo a mais simples das religiões, com uma discussão da teoria animista e a teoria naturista, dentro do processo evolutivo, o *totemismo*. A religião é encontrada em vários grupos sociais australianos, acredita que os antepassados dos homens foram animais totêmicos. Apesar do totemismo não ter sido estudado diretamente por Durkheim, ele se serviu de relatos de outros para chegar às suas conclusões. Por meio do estudo do *totemismo*, poder-se-ia aplicar conclusões de pesquisas para a compreensão de todas as religiões, mesmo aquelas mais evoluídas e complexas. (CAVALCANTI 2018).

A importância do *totemismo* para Durkheim está no esboço de um código religioso, sobretudo com regras sociais, onde surgem as bases do sistema de parentesco, de família, de casamento e/ou as bases de organização social humana. (CAVALCANTI 2018).

Ao definir o fenômeno religião, Durkheim preocupa-se em demonstrar sua origem, assinalando sempre o fato de que este fenômeno tem uma origem social e sua importância na vida social. Quando as crenças religiosas são compartilhadas pelo grupo, temos o que Durkheim chama de “igreja”. Para Durkheim, a essência da religião está na distinção da realidade em duas esferas distintas: a esfera sagrada e a esfera profana. (SELL, 2001; LIMA, 2020).

A esfera sagrada se compõe de um conjunto de coisas, de crenças e de ritos que formam certa unidade, que podemos chamar de religião. A esfera profana é representada pela desorganização, práticas impuras e desviantes. O conjunto da realidade que se define por oposição ao sagrado, constituindo, em geral, a esfera das atividades práticas da vida como a economia, família, etc. A religião envolve tanto os aspectos cognitivo ou cultural (crenças), quanto material ou institucional (ritos) da esfera sagrada. (SELL, 2001; LIMA, 2020).

Durkheim realizou um projeto intelectual que tem sido analisado de forma fragmentada, obras com conceitos em relação ao fenômeno religioso e suas relações no conjunto da vida social. A sociologia busca explicar, no cenário da realidade atual próxima a

nós, o que afeta nossas ideias e nossos atos. Assim, para Durkheim a realidade é o próprio homem. (QUEIROZ, 2017).

Ao analisar os conflitos religiosos surgidos entre protestantes, católicos e anabatistas Friedrich Engels filósofo, escritor, jornalista, economista, teórico político alemão (1820-1895), identificou os eventos religiosos e suas repercussões nos campos político e econômico. As correntes religiosas e os elementos sociais aproximam, por afinidades, assim como os crentes da sua classe social, diferenças geram conflitos, consequentemente a luta entre classes sociais. Então, o fenômeno religioso é visto por Engels, como um movimento social, onde cada classe social tem uma interpretação e um conceito de religião e se aproximam da corrente religiosa específica da crença e de sua classe social. (RIBEIRO, 2020).

Os anabatistas, para Engels, não se apresentam como crentes de uma religião e sim como uma experiência religiosa que busca uma sociedade igualitária e organizada, a religião é um substrato político. Assim, Engels configura a religião como uma visão do futuro social com proposição de mudanças, uma força motriz para as bandeiras de lutas sociais. (RIBEIRO, 2020).

Engels uniu-se a outro sociólogo, filósofo, historiador, economista, jornalista e revolucionário alemão chamado Karl Marx (1818-1883), juntos realizaram várias conexões e estudos entre os fatos sociais, o sistema econômico capitalista e a religião, apesar deste último tema não ser alvo o de estudo dos sociólogos. Marx como ateu convicto, acreditava que a religião era uma forma de alienação e de domínio da produção, vigente no momento histórico de estudo, assim como o sistema capitalista dominou as civilizações cristãs. A religião cristã para Marx “é o suspiro da criatura oprimida”, a alienação do homem pela religião e a luta do homem oprimido pelo capitalismo. (SENA, 2016).

Marx escreveu na obra Manuscritos de 1843 que “o homem faz a religião, a religião não faz o homem”. Em fazer a religião, o homem faz a sociedade e o Estado, uma consciência as avessas do mundo. A religião é a felicidade ilusória criada pelo homem para existir como ser social. A crítica de Marx revela o “vale de lágrimas” em que vive o homem, apresentando uma realidade “dura” da sociedade. Assim, Engels e Marx contribuem na transformação da dialética e do materialismo do capitalismo. (PEIXOTO, 2018).

No século XIX, Marx e Sigmund Freud colocam sua posição reducionista sobre o tema, a origem da religião nasce no estado patológico do ser humano, com a função de propor soluções errôneas para a cura desse estado. (FIGUEIREDO, 2019).

O legado *marx-engelsiano* sobre religião é sub interpretado meramente como um fenômeno econômico, no século XX acadêmicos estudiosos e militantes debruçam-se sobre os escritos marxistas, atualizando-os para o momento atual. Budistas, cristãos, judeus e muçulmanos, passam a se interessar pelos manuscritos marxistas, construindo

projetos políticos emancipatórios e aproximando os seguidores aos temas do marxismo. (CHAGAS, 2016).

Para comentar sobre o sociólogo, jurista e economista alemão Max Weber (1864-1920) será utilizado como porta de entrada seu texto intitulado “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, na qual o autor procura estabelecer uma relação entre a religião protestante e os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital. De acordo com Weber (2001), as modernas empresas que fazem uso do sistema racional capitalista de produção são, em sua grande parte, na Europa Ocidental, preponderantemente protestantes que pode ser explicada a partir de fatores históricos.

Weber compreende a religião como uma ação voltada para o mundo material e mundano, um código de leis e preceitos relacionados ao sagrado. Uma ação sobrenatural para o natural, que liga o homem, dentro da sociedade, as forças não humanas. (QUEIROZ, 2017).

Embora a religião não seja uma causa das condições econômicas, aparece como resultante delas. Tanto que as regiões de maior desenvolvimento econômico foram particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja. Os preceitos de uma religião podem ser adotados pela camada social dominante, antes de se tornar orientação para a sociedade e conseqüentemente para a economia. (CARVALHO FILHO, 2020). A emancipação do tradicionalismo econômico aparece como um fato de apoio à tendência de duvidar da santidade da tradição religiosa e de suas autoridades.

Os reformadores da Igreja apontam para a falta de controle da vida cotidiana da Igreja Católica e as classes médias burguesas apoiaram essa visão, cedendo a uma tirania inédita do puritanismo. Há vários motivos para procurar as origens do espírito do capitalismo nas ideias religiosas da Reforma Protestante.

Weber apresenta em suas obras duas ideias sobre religião, a primeira afirma que o comportamento religioso é orientado pelo mundo terrestre para alcançar a vida eterna e a felicidade; a segunda diz respeito à racionalidade do ato religioso com papel fundamental na modernidade. (CARVALHO FILHO, 2020).

Portanto, o conceito protestante de vocação está na raiz do sistema capitalista racional, pois não há dúvida de que na palavra alemã *Beruf* e na palavra inglesa *calling*, existe uma conotação religiosa, qual seja, a de uma tarefa ordenada, ou pelo menos sugerida por Deus, que se torna mais manifesta na medida em que for maior a ênfase no caso concreto. Há afinidade dos princípios do calvinismo puritano e o espírito empresarial. (PACHECO *et al.*, 2019; CARVALHO FILHO, 2020).

O Calvinismo atribui ao trabalho um caráter religioso que não existia anteriormente, quando o trabalho era entendido como algo pertencente à vida material que não podia ser

dispensado. No entanto, na perspectiva do Calvinismo o trabalho se torna uma vocação, uma atividade de caráter religioso. (ROSCOCHE, 2016; CAMPOS, 2016). Os representantes históricos do protestantismo ascético para Campos (2016) são, sobretudo, os seguintes:

- 1) O Calvinismo, na forma que assumiu, sua principal área de influência da Europa Ocidental no século XVII. O espírito puritano foi o movimento decisivo no período;
- 2) O Pietismo, que se desenvolveu inicialmente no seio do movimento Calvinista na Inglaterra e na Holanda, vindo a ser absorvido pelo Luteranismo até o término do século XVII. O fundamentalismo é herdeiro do calvinismo puritano;
- 3) O Metodismo, que surgiu pela primeira vez em meados do século XVIII, separando-se posteriormente da Igreja Anglicana sob o argumento da necessidade de reavivar o espírito ascético. Influenciando a política, as relações comerciais, a vida familiar e o comoporamento da igreja;
- 4) As seitas que se derivaram do movimento Batista, não é um movimento independente dos demais.

O estudo desses movimentos concentra-se na influência das sanções psicológicas, originadas na crença religiosa, que orientavam a conduta do indivíduo. A racionalização da produção capitalista encontra respaldo nos valores do protestantismo que asseguram ao capitalismo um “espírito” ético, ou seja, garantem hábitos e idéias que favorecem a procura racional do lucro econômico de maneira ética.

Weber (2001), recorrendo, sobretudo ao Calvinismo, procurou evidenciar que a relação de forma de vida entre a religião protestante favorecia o comportamento econômico racional, atribuindo significado moral e espiritual positivo a vida terrena, diferentemente do catolicismo que atribuía valor maior a vida eterna e não a terrena. O Calvinismo apresentou a concepção de que as habilidades humanas deviam ser entendidas enquanto dádivas divinas, devendo a vida diária ser santificada.

Destarte, a exemplo, uma habilidade para o comércio deveria ser incentivada, porquanto se constituía como uma forma de santificar a vida secular.

A contribuição de Durkheim para o estudo sistemático da religião foi fundamental para a Sociologia, uma vez que outras vertentes epistêmicas – notadamente o marxismo, a partir da célebre assertiva de Marx consoante a qual “a religião é o ópio do povo” – relegaram o estudo dessas manifestações para um plano secundário, a respeito do conjunto complexo de reflexões que algumas linhas de estudo da Antropologia vêm realizando sobre essa temática ao longo de sua história científica.

Um dos quatro núcleos fundamentais da produção durkheimiana trata especificamente da religião, vinculando-a ao campo das representações coletivas e compreendendo-a como uma forma de representação do mundo, ou mesmo uma forma de concepção do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas no estudo sobre o significado da religião para a sociedade, na visão dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, mostra que nenhum deles buscou aprofundar estudos sobre o assunto.

A religião foi apresentada para Durkheim através da fala de outros. O sociólogo passa então a pesquisar sobre a religião primitiva *totemismo* e como os fatos religiosos influenciam os fatos sociais. Engels olhava a religião como uma força propulsora de mudanças na sociedade, influenciando a realidade onde o homem vive. Marx não acreditava em Deus, acreditava que a religião é pura ilusão que ameniza as mazelas do homem social. Weber compreende a religião como uma ação voltada para o mundo material e mundano, onde o sagrado é o trabalho e o capital.

Os sociólogos, ao estudarem as crenças religiosas traçam uma linha paralela entre religião e sociedade, quando em algum momento as linhas se cruzam, os fenômenos religiosos e os fenômenos sociais provocam mudanças na ordem política, social economia, cultural e religiosa. A importância de estudos futuros por pesquisadores sobre o tema ajuda a sociedade a compreender sua própria história e o processo evolutivo do homem.

A maior contribuição dos estudos desses sociólogos, sobre o tema é a descoberta da relevância provocada pelas filiações religiosas e a estratificação social nas civilizações ocidentais.

REFERÊNCIAS

BBC. Como e por que as religiões evoluíram. **BBC NEWS Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-tra-48141809>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BERNARDI, C. J. CASTILHO, M. A. A. religiosidade como elemento do desenvolvimento humano. **INTERAÇÕES**, v. 17, n. 4, p. 754-756. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/5D44rZBWRJ5d8Y CpX4GP83H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CAMPOS, B. M. Caminhos e direções do puritanismo e conservadorismo protestantes: o fundamentalismo *avant la lettre* e a sua presença no Brasil. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 2, p. 143-170, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/6852/5316>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CAVALCANTI, F. C. *Totemismo* e as metáforas animais. **ANTARES: Letras e Humanidades**, v. 10, n. 20, p. 35-49, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51616/1/2018_art_fccavalcanti.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

CHAGAS, E. A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx. **Blog marxismo21**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://marxismo21.org/marxismo-e-religiao/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

DURKHEIM, É. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**, 5. ed. Paris: Quadrige/PUF, 1968.

FIGUEREDO, N. Sobre a definição de religião: historiografia, críticas e possibilidades. **REVER**, v. 19, n. 2, p. 271-295, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/45173/29878>. Acesso em 25 fev. 2021.

LESBAUNPIN, I. Marxismo e Religião. In: TEIXEIRA, F. **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEIXOTO, E. M. M. Marx, Engels e a crítica da religião: inventário e notas para um debate necessário. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2018. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.9771%2Fgmed.v10i1.26424>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LIMA, L. Émile Durkheim e Marcel Mauss: (des)associações da teoria clássica com o campo afro-religioso. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 13, n. 4, p. 269-280, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/5852/lorranv13n4.pdf>. Acesso em 3 mar. 2021.

PACHECO R. P.; ABREU, T. R.; DIAS, A. P. Ética protestante e o espírito do capitalismo. Blog **jus.com.br**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72762/etica-protestante-e-o-espírito-do-capitalismo>. Acesso em 1 mar. 2021.

QUEIROZ, J. B. As formas elementares ponto de redefinição da sociologia durkheimiana? **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 72-91, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/qCfnfxpTM3M8CdJRVz9ByHL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr 2021.

RIBEIRO, W. C. Religião, política e luta de classes: as reflexões de Friedrich Engels sobre o fenômeno religioso. **Revista Ensaios**, v. 17, p. 7-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/46434/28698>. Acesso em 16 abr. 2021.

ROSCOCHE, L. F. Trabalho, lazer e religião: uma aproximação. **Licere**, v. 19, n. 2, p.388-420, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1250/885>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SANTOS, A. M. Sociologia da religião: análise do impacto social da confessionalidade. **RECIMA21**, v. 2, n 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/254/243>. Acesso em: 26 mai 2021.

SELL, C. E. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí, Ed. Univali, 2001.

SENA, J. R. A religião nas concepções dos clássicos Marx e Durkheim: felicidade ilusória ou transfiguração da sociedade? **Diversidade Religiosa**, v. 6, n. 1, p. 64-86, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dr/article/view/31152/16494> Acesso em: 22 mar. 2021.

SOUTO, C.; SOUTO, S. **A explicação sociológica: uma introdução à Sociologia**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1985.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

LAZER – RELEVANTE FORMAÇÃO SOCIAL

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC.

Professor na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Caçador, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: O lazer se converteu em formação social de relevância. A estratificação constitui ingrediente importante das sociedades modernas, e o lazer adotado pelas pessoas é influenciado por sua classe ou condição social, embora alguns possam argumentar que esta influência é atualmente menor do que no pretérito. O crescimento das organizações de turismo e de lazer contribuiu para modelar a forma como a maior parte das pessoas goza de seu lazer. De muitas maneiras se explica o significado de lazer, muitas das proposições utilizadas são provenientes da Grécia antiga, de onde se delinea a mudança histórica do lazer a partir dos tempos medievais, especialmente no tempo disponível e na experiência do lazer em relação ao labor. O mesmo pode ser definido de três maneiras distintas, a saber: uma delas considera as vinte e quatro horas do dia e subtrai os períodos que não são de lazer, tais como: trabalho, sono, alimentação, atendimento às necessidades fisiológicas, etc.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer; Ócio; Industrialização; Sociedade.

LEISURE - RELEVANT SOCIAL EDUCATION

ABSTRACT: Leisure has become a relevant social formation. Stratification is an important ingredient of modern societies, and people's leisure is influenced by their class or social status, although some might argue that this influence is currently less than in the past. The growth of tourism and leisure organizations has helped to shape the way in which most people enjoy their leisure. In many ways the meaning of leisure is explained, many of the subtlety propositions come from ancient Greece, where the historical change of leisure is outlined from medieval times, especially in the available time and experience of leisure in relation to work. It can be defined in three different ways, namely: one of them considers the twenty-four hours of the day and subtracts the periods that are not leisure, such as: work, sleep, food, meeting physiological needs, etc.

KEYWORDS: Leisure; Idleness; Industrialization; Society.

INTRODUÇÃO

O lazer configura direito social, uma afirmação que volta a ser discutida nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, posto que negligenciado pela História. O lazer aparece como uma necessidade do homem social, que se relaciona e interage internamente no mundo globalizado. Ter garantido momentos de ócio ou lazer, faz o homem contemporâneo “recarregar as baterias”.

A escalada de produção, a competitividade e as emoções a flor da pele levam o homem a viver momentos conflitantes no trabalho, desenvolvendo quadros de depressão, angústia, estresse, cansaço físico e mental, causando alta taxa de absenteísmo, consequentemente afeta o processo produtivo da estrutura econômica. (PINHEIRO, 2021).

O autor inglês Robert Parker escreveu que o lazer é uma combinação entre o tempo e o espaço livres da obrigação do trabalho e de outras atividades rotineiras. É momentos e as atividades que motivam um sentimento de liberdade, o verdadeiro lazer. (PARKER, 1968). O lazer está relacionado às esferas da vida como a religião (mente e espírito), a família (pais e filhos pequenos, amigos), ao trabalho (realização e sobrevivência) e a educação (atividades culturais e artísticas). (OLIVEIRA, 2017).

De acordo com Parker (1978), observam-se pontos de divergência sobre o que deveria configurar a definição ontológica acerca do lazer. Uma segunda definição refere-se à qualidade da atividade a que alguém se dedica. Tais definições concebem o lazer como uma atitude mental e espiritual, não apenas o resultado de fatores externos, não pode ser considerado o resultado inevitável do tempo de folga.

Pode ser identificado também, com qualidades de refinamento, considerando-o único porque muitas vezes está associado a valores espirituais e artísticos. O lazer, conforme Oliveira (2017 *apud* Polato, 2003) funciona nas relações sociais como um espaço de qualificação do ser humano na busca do desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas. Esse tipo de definição, também é utilizado para dar ênfase às qualidades do termo “liberdade”.

No entanto, o filósofo francês Parker (1978, p. 22) idealiza “o lazer como liberdade de regras e de modelos de comportamento aceitos ou socialmente impostos”. Manifestamente, tal tipo de acepção envolve julgamentos de valor, ou seja, afirmações sobre que atributos da atividade de lazer ou da pessoa são considerados desejáveis.

Um terceiro tipo de definição tenta combinar os dois primeiros conceitos. Existindo nela um componente residual, ou de tempo, acompanhado de afirmação normativa sobre o que o lazer deveria ser. Parker (1978) nomeia o lazer fora do espaço de tempo das 24 horas do dia, então o autor exclui de lazer as horas utilizadas pelo indivíduo para as atividades fisiológicas (repouso, alimentação, trabalho, etc.) necessárias à sobrevivência do homem.

Uma compreensão adequada de lazer exige que seja considerada tanto a sua dimensão de tempo de que se dispõe para o lazer que determina o que pode ser feito neste período – se é possível somente inserir um breve intervalo em um horário sobrecarregado, ou empreender um longo processo de aquisição de nova habilidade lúdica, tal como tocar um instrumento musical ou viajar para alguma parte distante.

Referindo-se ao pesquisador americano Max Kaplan e suas observações sobre o

lazer, Parker (1978) sugere que qualquer fenômeno ou qualquer outra atividade específica, com dimensões de autonomia e liberdade, pode configurar a base para o lazer, do qual alguns elementos básicos são antítese a labor, enquanto função econômica, um mínimo de compromissos sociais impostos, uma percepção psicológica de liberdade, um âmbito que vai da inconsequência e do descaso à seriedade e importância, frequentemente caracterizado por um aspecto lúdico e de lembranças agradáveis.

O lazer é a oposição ao trabalho, mas pode ser uma atividade de complemento do trabalho, tornando-se fonte de auto realização e prazer. (KAPLAN, 1960). Kaplan sugere alguns questionamentos: as pessoas são o interesse principal da atividade do lazer? Qual a importância das regras da atividade? O indivíduo vai à busca da experiência ou o mundo vai a ele?

Portanto, diante dessa apresentação, o artigo tem como objetivo analisar as funções ou propósitos atendidos pelo lazer, tanto para o próprio indivíduo como para a sociedade da qual este faz parte.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de revisão sistemática, descritiva e reflexiva. As fontes bibliográficas são artigos, livros, dissertações e apresentações em congressos que abordem o lazer na formação social. Na análise de dados surgem três categorias descritas no próximo tópico.

O LAZER NA FORMAÇÃO SOCIAL

Reflexões sobre trabalho e lazer

Antes do período industrial, o homem habitava pequenas comunidades rurais e trabalhava como empregado em serviços agrícolas. Não existiam limites físicos entre a produção de bens e a casa do trabalhador, muito do que era produzido acontecia no interior das habitações. Trabalho e diversão estavam interligados, sem uma dicotomia clara entre tempo e espaço, para viver era preciso produzir (vestuário, alimentos, entre outros). (DIAS, 2018).

A formação e consolidação da indústria desloca o homem das comunidades rurais para a cidade. Postos de trabalhos foram criados, cada vez mais o homem se consolida como um trabalhador de uma indústria ou fábrica de uma grande ou média cidade. Na busca de habitar um lugar o mais próximo do local de trabalho o homem criou os adensamentos populacionais, também o consumo de bens e serviços, deixando para trás os benefícios tradicionalmente vivenciados no campo. (DIAS, 2018).

A Revolução Industrial consolida o trabalho como uma função inerente do ser humano, desse modo o homem se percebe como um ser social, coletivo e político, com ações individualistas para um bem maior do sistema econômico a sociedade. (BARBOSA;

SILVA, 2011). Portanto, o trabalho é uma ação humana e o resultado do trabalho não é do homem. Assim, a vida do homem se divide em sacrifício (trabalho expropriado) e a redenção (lazer). (AMORIM, 2010, p. 31).

Como reconhecimento de atividade o lazer alcançou *status* a partir do século XIX, com discussões no continente europeu sobre o ócio. Os estudos avançam no século XX, além dos limites do continente europeu e dos sistemas econômicos. Alguns marcadores foram colocados em pauta, por Barbosa e Silva (2011), sobre o lazer:

- Entre 1924 e 1964, nos países socialistas da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) os trabalhadores participavam mais de atividades artísticas e intelectuais do que os trabalhadores franceses e americanos;
- Em 1930, inicia a escalada industrial na fabricação de televisores, primeiro na Alemanha, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética, chegando em 1950 ao Brasil. De forma democrática, os televisores adentram aos lares nas diferentes camadas sociais, com conteúdos artísticos e culturais, e também com os reclames publicitários dos patrocinadores;
- Entre 1955 e 1965, pesquisas francesas apresentam o aumento do tempo livre entre os trabalhadores ocasionando um maior número de atividades voltadas para o lazer;
- Em 1965, a facilidade de descolamento com o uso dos automóveis facilitou as atividades de lazer. Nesse período, 50% da população tinha um automóvel;
- Em 1972, foi lançado o primeiro jogo eletrônico chamado *Pong* pela empresa *Atari*. Atualmente, existem várias máquinas de jogos como as comerciais árcades (flipperama) e as domésticas e populares consoles (videogame).

Um dos primeiros encontros acadêmicos para discussão e apresentação de pesquisas sobre lazer foi a 7ª Conferência *Past and Present.*, a conferência aconteceu na cidade de Londres em 1964. O artigo apresentado na conferência pelo historiador Keith Thomas é um marco na pesquisa historiográfica e na própria historiografia do lazer. (DIAS, 2018).

O artigo apresentado por Thomas abordava aspectos antropológicos relativos às sociedades tradicionais dos ilhéus de *Trombiana* aos *Maori* da Nova Zelândia, as sociedades denominada mais “primitivas” não estabelecem uma divisão entre trabalho e lazer. Assim como a sociedade do povo *Dogon*, da etnia *Mali*, da África Central, que utilizam a mesma palavra para o cultivo da terra e as danças religiosas estabelecendo que as duas atividades sejam extremamente importantes para o povo. O pesquisador não conseguiu distinguir onde se inicia e onde termina - o trabalho e o lazer - para estas sociedades. (DIAS, 2018).

Thomas conclui que o trabalho e o lazer se relacionam da mesma forma como estão organizadas as sociedades. As sociedades “primitivas” vivem no período pré-industrial

onde não existe separação entre trabalho e lazer, já as sociedades pós-industrialização existe claramente a separação entre trabalho e lazer, “o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial”. (DUMAZEDIER, 1999, 26).

A EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER E ÓCIO

As atividades de lazer evoluem conforme a sociedade se estabelece, cresce e aperfeiçoa os códigos sociais e morais.

No texto produzido por Rocha e Oliveira (2018), a partir da entrevista com o professor Luiz Octávio de Lima Camargo um estudioso sobre lazer, educação, turismo e animação sociocultural, o entrevistado apresenta algumas considerações sobre lazer. O entrevistado afirma que existia lazer nas sociedades gregas antigas a chamada *skolé* grega, um tempo utilizado para exprimir suas preferências pessoais. O lazer aparecia nas comunidades rurais na forma de trabalhos artesanais.

A expressão lazer, como utilizada no mundo contemporâneo, surge como tempo livre após a industrialização, utilizada pelos barões da indústria americana para quem o não - trabalho era para ser mostrado com um consumo ostentatório da sua condição social privilegiada de classe dominante. (ROCHA; OLIVEIRA, 2018).

Importante citar e apresentar a linha de tempo construída por Lopes (2008) sobre lazer e ócio, um levantamento bibliográfico da obra de vários autores realizado para fornecer a evolução do tema numa visão diacrônica contemporânea. A seguir, algumas observações importantes por década realizada por (LOPES, 2008):

Entre as décadas de 60 e 70, o lazer é visto como o contrário de trabalho, momentos de simples ócio, se estabelecendo como períodos de descanso, encontros sociais, momentos educativos e de cultura, tempo livre e de diversão, um estilo de vida construído a partir do contexto social.

Na década de 80, o lazer ou ócio ganha subdivisões: ócio formação (atividades culturais e artísticas, enriquecimento espiritual); ócio entretenimento (distração, passatempo ou diversão); ócio descanso (aspectos físico, mental e espiritual); ócio do aborrecimento (mau aproveitamento do tempo livre); ócio do consumo (para ter lazer é preciso consumir). Neste período surgem os sofrimentos mentais como a depressão, a insegurança resultado da violência urbana e o consumo das drogas ilícitas.

Nos anos 90, o ócio apresenta três perspectivas: ócio – tempo livre (hábitos socioculturais); ócio – expansão cultural/aprendizado; ócio – tempo livre (diminuir a passividade e a alienação humana). Outras atividades estão relacionadas ao lazer nesta época como a educação para à saúde, alimentação saudável, sexo seguro, atividades solidárias, atividades de cunho social, cultural e educativo.

Na década 2000, o lazer está associado às desigualdades, diferenças e desconectados. O homem interpreta o ócio como sinônimo de ociosidade, uma atividade negativa que precisa ser corrigida com programas de educação. O lazer assume cinco dimensões: lazer – tempo; lazer – atividade; lazer – estado; lazer – um todo; lazer – modo de vida. Aparece a negação que lazer é sinônimo de consumismo, lazer e um meio de energização e de interação humana com atividades lúdicas e educativas.

LAZER E RECREAÇÃO

A recreação é o termo mais indicado para àqueles que desaprovam o lazer inútil ou dissipado, uma atitude sem dúvida bem retratada na expressão recreação sadia. Todavia, é também elemento que tem levado muitos estudiosos a comparar a recreação ao lazer.

Para Paiva (1995), estudos que estabelecem a relação entre o turismo e o lazer enfatizam o segundo como elemento dinâmico do desenvolvimento cultural, desempenhando funções essenciais nas estruturas físicas e psíquicas dos indivíduos, como um exercício de liberdade e criatividade e, em nível coletivo, como fator de integração social. Entretanto, em contrapartida, a mercantilização do lazer por via do turismo, através da oferta de produtos massificantes, pode levar a recreação a se transformar em fator alienante e de desagregação social.

De sua parte, o alemão Karl Marx considera algures o trabalho como a necessidade primeira do homem, especificando, no entanto, que apenas a apropriação coletiva da máquina possibilitará a conquista de tempo livre, que findará por humanizar o trabalho. (SANTOS *et al.*, 2016).

De acordo com Andrade (2021), Marx acrescenta que o trabalho é um processo do qual participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o intercâmbio do material com a natureza. Destarte operando sobre a natureza externa e a modificando, entrementes modifica a própria ontologia. Já para o filósofo francês Auguste Comte, posto que em posição diversa a Marx quanto à sociedade futura, atribuí a mesma importância à conquista do lazer pelo progresso técnico e emancipação social. (BOVO; MARTINS, 2016).

O jornalista franco-cubano Paul Lafargue escreve, em 1880, o livro O Direito à Preguiça, denunciando a “santificação” do trabalho por escritores, economistas e moralistas. À época, os trabalhadores parisienses trabalhavam 12 ou 13 horas por dia, chegando muitas vezes a jornadas diárias de 15 a 17 horas. (SANTOS *et al.*, 2016).

Os trabalhadores tinham uma paixão obsessiva pelo trabalho, convencidos dos benefícios do mesmo como uma atividade enobrecedora e dignificante, alienados ao prejuízo físico e mental, causado pelo sofrimento e miséria para as massas trabalhadoras.

Uma estranha loucura dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Essa loucura traz como consequência misérias individuais e sociais que há séculos torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, à paixão moribunda que absorve as forças vitais do indivíduo e de sua parte até o esgotamento. (LAFARGUE, 2003, p. 19).

No mundo contemporâneo as atividades profissionais exigem dos trabalhadores envolvimento pessoal e intensidade na produção, em um mundo globalizado e tecnológico cada vez mais os postos de trabalho são extintos, exigindo do ponto de vista humano, como meta de vida, o emprego estável. Os desgastes frente às novas exigências no campo do trabalho fazem com que o indivíduo busque por atividades diferentes daquelas realizadas rotineiramente, garantindo a recuperação das energias.

Para Santos *et al.* (2016, *apud* Castro, 2002), as atividades realizadas entre as jornadas de trabalho, denominadas tempo de lazer ou tempo de ócio, consistem em isenção de *labor*. Como exemplo podemos citar o futebol, para poucos uma atividade laboral que gera subsistência e para muitos uma atividade de lazer que gera diversão.

O filósofo Joffre Dumazedier (1973) afirma que:

[...] qualquer que seja as funções do lazer ele é inicialmente, liberação e prazer. Mas as funções mais importantes são: a) as de descanso ou repouso, b) as de diversão, recreação e entretenimento, c) função de desenvolvimento da personalidade ou de enriquecimento de seus conhecimentos e de sua participação social.

Destarte, Santos *et al.* (2016, p. 63-64), a partir das reflexões de Dumazedier (1973), analisa as funções do lazer esboçadas pelo filósofo:

- 1) Descanso: recuperação, libertação da fadiga, reparação das deteriorações físicas ou nervosas provocadas pelas tensões consecutivas ao exercício das obrigações e, em modo particular, do trabalho;
- 2) Divertimento: libertação da fadiga e do tédio por meio de atividades reais e fictícias. Entre as atividades reais, podem-se citar viagens, jogos e esportes. Quanto às atividades fictícias promovem identificação e projeção como recurso à vida imaginária. Entre elas estão a participação em espetáculos de teatro e de cinema, ou até mesmo leitura de romances;
- 3) Desenvolvimento da personalidade: o lazer promove a integração voluntária na vida de agrupamentos recreativos, culturais, sociais, donde advém a adoção de atitudes ativas no emprego das diferentes fontes de informação, tais como: imprensa, cinema, rádio, televisão e *internet*.

O autor ainda agrupa e sugere algumas atividades de lazer, chamando atenção que algumas destas atividades estão atreladas ao controle social e a coerção (esportes e turismo), fugindo do estereótipo que lazer é um estado de total liberdade. As atividades assim nomeadas são:

- a) cinema, teatro, *shows*, concertos, óperas;

- b) jogos esportivos, ginástica;
- c) cursos, conferências, *workshops*;
- d) TV, *internet*;
- e) passeio em *shopping centers*;
- f) frequências a bares, restaurantes;
- g) visita a museus, exposições, parentes, amigos;
- h) viagens;
- i) associações literárias, musicais, de jogos, de esporte, de pesca. (SANTOS *et al.* 2016, p. 64).

O espaço onde acontece o lazer é o espaço social, onde se desenvolvem atividades distintas de cunho interacional entre os seres humanos. O homem trabalha para sobreviver e busca descansar, intercalando os períodos de labor com períodos de divertimento e desenvolvimento. Para Parker (1978), o lazer não pode ser configurado somente como tempo livre, para usufruir é preciso ter uma fonte financeira para atender suas necessidades. Sem uma perspectiva financeira segura, ao se aposentar e aproveitar o tempo livre, o indivíduo vê os planos de vida frustram-se e transformarem-se em sentimento de pauperização.

Dumazedier (1974) refere que são necessários quatro propriedades para uma atividade ser nomeada lazer, em uma relação entre as obrigações impostas por instituições e às necessidades do indivíduo, são elas:

Caráter Liberatório – a escolha livre de uma atividade de lazer. Implica liberdade total ou a liberação de obrigações, considerada pelo autor de obrigações primárias. As organizações constituídas possuem obrigações interpessoais, exemplo como a família, grupo de escoteiros, igrejas, etc., que possuem regras a serem seguidas;

Caráter Desinteressado – o lazer não possui encargos financeiros ou fins lucrativos, pode ser um jogo, uma feira, uma atividade artística, física ou intelectual.

Caráter Hedonístico – o lazer tem que garantir prazer ao indivíduo, felicidade e satisfação. Tem caráter libertador.

Caráter Pessoal – é a manifestação do indivíduo quanto ao alcance da redução e eliminação do cansaço, estresse e tédio, consequência das obrigações das instituições do trabalho e da sociedade.

A luz da reflexão dos pesquisadores, o lazer carrega as marcas culturais de uma sociedade, inserido em tempo e espaço, sem ser estático, sofre mudanças e movimentos constantes causados pelos indivíduos e as normas sociais. (SILVA, 2017).

A formação social, influenciado pelo lazer, também produz aspectos culturais que alteram os valores culturais pré-existente. O lazer como processo artístico e educativo contribui para a formação do indivíduo crítico e evoluído socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lazer exerce importante papel na formação social do indivíduo e da sociedade.

Nas sociedades primitivas não existe uma separação entre lazer e trabalho, pois ambas são atividades que se complementam e importantes para os grupos sociais. Nas sociedades industrializadas, formadas pós a Revolução Industrial, o lazer possui aspectos referentes ao ócio, a diversão, o descanso o divertimento e o crescimento educacional/ artístico.

Apesar da dificuldade dos estudiosos em conceituar o termo lazer, as leituras realizadas para aprofundar nosso conhecimento sobre o problema de pesquisa nos apresenta as expectativas do homem contemporâneo para alcançar o lazer: um trabalho estável, com remuneração financeira adequada e com períodos de descanso que recarregue suas energias para prosseguir na produção das atividades laborais.

O mesmo homem contemporâneo almeja se aposentar e manter um padrão financeiro que atenda suas necessidades e lhe possibilite o lazer. Entretanto, após um longo período de trabalho, muitas vezes com horas excedentes e uma baixa remuneração, o homem se frustra em suas expectativas e o que lhe espera são as frustrações e o empobrecimento.

Estudos são importantes para apontar os pontos que possam ser abordados para favorecer e atender os anseios do trabalhador durante e pós a jornada laboral.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marcos Vinícius Lima de. **Indefinições conceituais do lazer: problema científico ou ideológico estrutural do trabalho?** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190381/MarcusViniciusLimaAmorim.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2021.

ANDRADE, A. R. A América Latina e o imperialismo ecológico: contribuições a partir de Marx. COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2021, ago. 2021, Niterói, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. [Mesa Coordenada]. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX). 2021. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2021/Anais_MM2021/MC1_4.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

BARBOSA, T. P.; SILVA, O. V. Origens e significados do lazer. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, ano VIII, n. 14, 2011. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/S8APKY2XpWzS5yC_2013-5-23-16-28-57.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BOVO, M. C.; MARTINS, P. H. B. Espaço público e lazer: retrato dos usuários da área externa do Parque do Ingá, Maringá, Brasil. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 325-353, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/19472/19570>. Acesso em: 18 set. 2021.

CASTRO, C. A, P. Sociologia aplicada ao turismo. São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS, C. História e historiografia do lazer. **Record**, v. 11 n. 1, p.1-26, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/viewFile/17878/10833>. Acesso em: 20 set. 2021.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectivas, 1973.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectivas, 1974.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1999.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. Tradução Otto Lamy de Correa. São Paulo: Claridade, 2003.

LOPES, M. S. Lazer/ócio, teatro e animação sociocultural. **Lícere**, v. 11, p. 1-2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/914/710>. Acesso em: 20 set. 2021.

KAPLAN, M. **Leisure in América:a social inquiry**. New York: John Wiley & Sons, 1960.

OLIVEIRA, Tânia Peres de. **A outra face**: uma representação sobre lazer noturno na Avenida Tiradentes em Maringá, PR. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2017.

PAIVA, M. G. M. V. **Sociologia do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

PARKER, S. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PINHEIRO, F. F. Direito tributário. **conteúdojurídico**, 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/56067/o-direito-fundamental-ao-lazer-nas-relaes-de-trabalho-e-a-dignidade-da-pessoa-humana>. Acesso em: 20 set. 2021.

POLATO, T. H. P. Lazer e trabalho: reflexões a partir da ontologia do ser social. **Motrivivência**, ano XV, n. 20-21, p. 139-162, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/917>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ROCHA, P. G.; OLIVEIRA, R. C. S. Entrevista com Luiz Octávio de Lima Camargo: diálogos com a sua obra. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 5, n.2, p. 143-160, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/610>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SANTOS, A. M.; SILVA, E.; BAADE, J. H. AMORIM, W. L. Turismo e lazer na era do conhecimento. **R. Intelig. Compet.**, v. 6, n. 1, p. 48-77, 2016. Disponível em: <https://silo.tips/download/turismo-e-lazer-na-era-do-conhecimento-resumo>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, M. S. A formação profissional e o lazer: questões e enfoques. **Revista Brasileira de Estudos de Lazer**, v. 4, n. 2, p 38-56, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/574/392>. Acesso em: 20 ago. 2021.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA SOCIEDADE JURIDICAMENTE ORGANIZADA

Adelcio Machado Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: Uma das questões que mais tem sido objeto de debate nos últimos tempos, diz respeito às políticas públicas de Estado. A extrema urgência no atendimento das demandas coletivas emerge como uma forma de equacionar problemas econômicos e sociais, de maneira a viabilizar o desenvolvimento do país. Ela adquire status relevante e indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade, a partir da efetivação de mudanças significativas em seu contexto histórico, buscando a inserção social e a qualidade de vida dos cidadãos. Os embates em torno delas vão ao encontro de modelos de processos viáveis, mais abrangentes e integrativos, que exigem sucessivas tomadas de decisão por parte de seus gestores. Porém, há de se considerar que todos os projetos e programas ligados às políticas públicas seguem ritos processuais e administrativos, delimitados em legislações próprias, e que, ao ser executadas, passam por rigorosas inspeções e fiscalizações por parte dos órgãos detentores dessas pastas. Assim, busca-se neste estudo, através da revisão

de literatura, fazer um debate teórico entre diversos autores sobre conceitos de política pública e sua implantação, com vistas a levantar indagações e reflexões sobre os problemas enfrentados na atual sociedade brasileira. Como forma de pesquisa, foi utilizada a revisão integrativa da literatura, a partir de fontes secundárias publicadas sobre os temas encontrados nas bibliografias.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Implantação; Organização; Sociedade.

PUBLIC POLICIES IN BRAZIL: A LEGALLY ORGANIZED SOCIETY

ABSTRACT: One of the issues that has been the subject of most debate in recent times concerns public policies of the State. The extreme urgency in meeting collective demands emerges as a way of solving economic and social problems, in order to make the country's development viable. It acquires a relevant and indispensable status for the development of a society, from the effectuation of significant changes in its historical context, seeking social insertion and the quality of life of citizens. The clashes around it are in line with viable, more comprehensive and integrative process models, which require successive decision-making by their managers. However, it must be considered that all projects and programs related to public policies follow procedural and administrative rites defined in their own legislation, and that, when executed, they undergo rigorous inspections

and inspections by the bodies that hold these portfolios. Thus, this study seeks, through a literature review, to carry out a theoretical debate among several authors on concepts and models of public policy and their implementation, with a view to raising questions and reflections on the problems faced by current Brazilian society. As a form of research, an integrative literature review was used, based on secondary sources published on the topics found in the bibliographies.

KEYWORDS: Public Policies; Implantation; Organization; Society.

INTRODUÇÃO

O homem é um ser social e político, vivendo em grupos e/ou em sociedades. É por meio das relações participativas que ele evoca práticas culturais e sociais de muita relevância, levando ao ensejo de grandes transformações sociais, tornando-as mais acertadas às necessidades da coletividade e ao interesse público, que, por sua via, torna-as mais eficientes.

A participação dos indivíduos representa um papel relevante no processo da dinâmica social, assim como o exercício de um controle mais permanente e consistente da coisa pública deve ser desenhado nos limites da lei, buscando a máxima qualidade e eficiência na prestação dos serviços públicos essenciais. (VIEIRA; BARRETO, 2019). Desse modo, aumenta a efetividade das políticas sociais entregues a sociedade, como também, o controle de gastos públicos, com a indispensável regularidade jurídica dos procedimentos adotados.

Ao instalar políticas públicas, tenha presente que é primordial à participação efetiva dos três setores da sociedade: o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil. (MENDES; GOMES, 2018). Assim, qualquer efetivo deve sempre buscar meios viáveis para a eliminação de problemas sociais que atingem uma coletividade. Porém, todo processo público ao ser executado, precisa passar pelo crivo da inspeção e fiscalização dos órgãos competentes, e, ao ser revisado, terá ou não as suas contas aprovadas. (BROOKE; PAMPLONA, 2018).

A gerência administrativa realizada por esses órgãos, dentre seus objetivos busca a máxima qualidade e eficiência da prestação dos serviços públicos essenciais, aumentando a efetividade das políticas sociais entregues a sociedade, como também, o controle de gastos públicos, com a indispensável regularidade jurídica dos procedimentos por eles adotados. (FREITAS; BOMTEMPO, 2019).

É cedido, que tanto a administração, como também os administrados, devam zelar e respeitar com a devida vênia, todos os ditames dispostos em lei, devendo para tanto, agir somente em conformidade com os atos que lhe são permitidos.

É a partir deles que podemos eliminar condutas ilegais e abusivas, distinguindo o

que lhes é permitido e legal, conveniente e proporcional em prol da sociedade, garantindo o bom funcionamento da máquina pública, na busca de soluções viáveis a coletividade. (ALMEIDA, 2018).

Assim, busca-se nesse estudo, através da revisão de literatura, fazer um levantamento de conceitos e modelos de políticas públicas e sua implementação no Brasil, fazendo uma abordagem circunscrita e pautada principalmente, nas discussões doutrinárias relativas aos pressupostos políticos e sociais da Democracia.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO

A sociedade pode ser definida como sendo uma conjuntura na qual se processam vínculos entre os indivíduos ou grupos, delimitada por princípios e instituições. Nesse contexto, ficam expressamente estabelecidos os papéis sociais de cada ente federativo, de cada sujeito ou congregação social. (MARTINS, 2003).

Corroborar-se a tese de que todas as organizações executam suas tarefas em múltiplos ambientes, reunidas em sistemas, enfrentando forças diferentes e, assim, acabam provocando mudanças. (DUARTE, 2018). É neste contexto, que se estabelece o meio ambiente em que as organizações vivem e operam.

Tentar compreender e avaliar as políticas públicas e sociais implementadas nas diversas esferas governamentais, é preciso de antemão, ter uma visão holística da concepção de Estado e das políticas sociais que sustentam e regem tais medidas. (SILVA, 2013a).

As ações estão traçadas nas relações de poder desempenhadas pelo Estado, através da instalação de projetos de governo, abarcadas por meios de programas complementares, diretamente correlacionados aos meios sociais, políticos, culturais e econômicos, via ações, voltadas para cada setor específico da sociedade. (MIOTTO, 2013).

Sobre os aspectos ligados as políticas públicas, Höfling (2001) destaca que elas podem ser aprazadas como sendo um agrupamento de ações e programas, criados e preparados pelos gestores públicos, para serem aplicadas em uma determinada sociedade em certos períodos específicos, visando promover a qualidade de vida de seus assegurados.

Do mesmo modo, com bases nos propósitos sociais exercidos pelo poder público, na visão defendida por Frey (2000), este se delimita nos aspectos políticos administrativos, que, ao passo de suas funções, busca meios exequíveis de eliminar os problemas sociais existentes em determinadas sociedades.

Necessário é lembrar que, ao iniciar um projeto público por um determinado governo (federal, estadual ou municipal), dele há uma infinidade de especificações que vai desde a sua natureza e importância, grau de viabilidade, custos e benefícios, como, também os

seus meios executórios. (BRACAGIOLI NETO *et al.*, 2018).

Verdade seja, é que, o que se preserva neste contexto político e social é a efetividade ligada às garantias constitucionais, que, em tempos difíceis, afetam diretamente a camada mais pobre da sociedade.

Por via de regras, a construção das políticas públicas vem ao encontro de sua história, com aspectos fortemente ligados a revolução industrial. Homens, mulheres, crianças eram colocados em processos trabalhistas desumanos, com jornadas longas de trabalhos e remunerações que não suportavam o custeio de suas necessidades básicas. (PIRES; FONTES, 2020).

No cenário brasileiro, segundo a tese defendida por Vaitsman *et al.* (2013), os temas ligados as questões sociais foram fortemente impulsionados por volta dos anos de 1930, com as inúmeras mobilizações por parte da sociedade que buscava uma base de sustentação para a implantação de uma política pública sólida e igualitária, em prol dos interesses da coletividade.

Leite Júnior (2009), descreve que foi na “Era Vargas” que muitas conquistas sociais foram firmadas, porém, para ele, o aparelhamento do Estado foi um modelo burocrático que impulsionou a criação de concursos públicos e inchaço da máquina pública.

É sabido que a evolução humana não se dá apenas via estruturas ou caminhos pré-definidos, mas sim, pela confiança e autodeterminação do homem ao ser inserido em diferentes grupos e culturas. Portanto, com o avanço delimitador do processo capitalista na atual sociedade, surgiram inúmeras questões de ordem econômica que fomentaram novos sujeitos sociais, para além daqueles que vivem bem abaixo da linha de pobreza. A violência, o uso indiscriminado de drogas, a fome e o desemprego vão surgindo no meio social, ao passo de haver um grande clamor da sociedade para busca de soluções viáveis no efetivo incremento do desenvolvimento do país. (MAZZINI, 2007).

Para Reis (2003), as políticas públicas não se concretizam apenas na utilidade social de determinada camada populacional. Para o autor, ela aponta para o caminho de ações alternativas, pois, ao se construir processos sociais, a sua necessidade se finda cada vez mais em novos incrementos em detrimento da formulação dos momentos históricos conquistados, em períodos diversos de cada sociedade.

Porém, em que pese haver determinadas regiões mais desenvolvidas do que outras, com programas sociais efetivados, com uma parcela de seus cidadãos com boas expectativas de vida, todas as questões ligadas às áreas das políticas públicas soam como um processo urgente e delimitador de divisores de águas. Não se trata somente de um direito, mas sim de um dever do Estado quando ele assume essa responsabilidade para si.

LIMITAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

As normas jurídicas integram o nosso ordenamento jurídico, cuja finalidade se aguçã na regulamentação das condutas impostas aos indivíduos, impondo regras sociais para o bom convívio entre os seus pares. Suas teses são sustentadas na aplicação de sanções, para os que desobedecem aos tais preceitos legais. O seu principal objetivo se finda em resguardar a ordem e a paz social do país.

Portanto, as normas jurídicas se aplicam nas mais diversas relações jurídicas que ocorrem entre indivíduos ou qualquer grupo de cidadãos brasileiros, sem nenhuma distinção. Podem ser aplicada em pessoa física, jurídica, pública ou privada, com imensa destinação e extensão em todos os aspectos da sociedade. (SILVA, 2018).

Quando nos referimos sobre a gestão pública, mas especificamente sobre o dinheiro público gasto pelos gestores, estes são submetidos à fiscalização, controle, aprovação, reprovação ou aprovação, com ressalvas por parte dos Tribunais de Contas e, subsequente, pelas Casas Legislativas respectivas de cada enter federativo. (OTA, 2016).

Assim, a ideia da natureza jurídica e das funções dos Tribunais de Contas (União, Estado e Município), nos remete para a redefinição da estrutura de controle externo do Brasil, levada a efeito pela Constituição Federal de 1988, constituindo para quais suas prerrogativas e demais finalidades. (OTA, 2016).

Vale lembrar que tendo como característica marcante o efetivo dispêndio de recursos públicos para assegurar-lhes a efetividade, os direitos sociais encontram óbices diversos à sua implementação.

Assim, as questões sobre o planejamento de metas e programas sociais giram em torno da busca por um desenvolvimento mais equilibrado regionalmente, com diminuição das desigualdades históricas que caracterizam os diferentes contextos territoriais no país.

Igualmente, cabe à administração pública ser compelida a inspeção pelos órgãos de controle administrativo, judicial e legislativo, cada qual com suas particularidades e áreas específicas de atuação. No Brasil, esse formato está devidamente delineado em nossa Constituição Federal, onde, em seu corpo, há as especificações de uma série de competências e ritmos processuais e administrativos a serem seguidos. (SARAIVA, 2012).

Por conta desse novo formato, instituído no corpo da Constituição de 1988, o que se verifica é que, ao longo do tempo, foram criados novos instrumentos operacionais de planejamento e intervenção por parte dos órgãos fiscalizadores, para que os gestores sigam de forma rigorosa os preceitos constitucionais, com a aplicação de ações voltadas as necessidades da população. (SARAIVA, 2012).

Para validar essa questão, Pereira (2010) discorre que foi a partir da promulgação do texto constitucional de 1988 que ficou estabelecido e o controle dos gastos públicos,

devendo ser gerenciados por órgãos titulados especiais, tecnicamente direcionados as questões que trata de coisa pública, no formato interno, externo e social.

Esse entendimento é defendido por Furtado (2007, p. 1050) quando esclarece, que “a essência da separação dos poderes se sustenta na ideia de que nenhum poder do Estado deve assumir atribuições que não possam ser de algum modo, controladas por outro poder”.

Necessário é lembrar que, tanto os atos desempenhados pelos servidores públicos que estão constituídos em seus cargos na administração direta como a indireta, estão sujeitos aos controles de suas atividades, que obedecerão, também a todas as características em função do modelo pelo qual operam e são constituídos.

Nas palavras delineadas por Medauar (2014), o Estado tem o dever de satisfazer todas as necessidades de sua população advindas de todos os direitos fundamentais inseridos em nosso ordenamento jurídico, porém, estes devem ser feito nos moldes das leis a ele imposto:

À medida que foram ampliando as funções do Estado aumentaram as atividades da Administração; hoje adquiriu dimensões gigantescas e tornou-se fundamental na vida da coletividade, sendo fator condicionante de grande parte das relações econômicas e sociais dos indivíduos, com a responsabilidade, sobretudo, de buscar meios para a efetivação dos direitos assegurados pela Constituição. Daí resulta a enorme variedade e complexidade das atribuições que exerce. (MEDAUER 2007, p. 28).

Por meio dos diversos sistemas de controle da Administração Pública é que se torna concebível a sua submissão à lei, com respeito aos direitos individuais e coletivos. Assim, não pode simplesmente o gestor público querer criar programas que não atendam a necessidade de seus beneficiários, sem uma justificativa que os sustenta, bem como, utilizar essas verbas para outras finalidades que não seja aquelas a serem submetidas.

Não obstante, remete-nos a dizer que os processos de planejamento e avaliação de políticas públicas levam em conta ainda alguns quesitos que irão diferenciá-las entre si. Elas se diferenciam em relação a sua matéria de tratamento, como, por exemplo, ações voltadas à educação, saneamento, saúde, habitação, tidas como uma política setorial específica. Já às políticas pelo âmbito de sua cobertura que abrange os fenômenos sociais, contextos institucionais e cenários ambientais nos quais ocorrerá à intervenção desejada, de maneira a propiciar meios mais acurados para a definição de diagnósticos e o alcance de metas, parcerias necessárias e instrumentos de implementação. (SILVA, 2013b).

Assim caberá aos gestores a aplicação correta do dinheiro público em prol da coletividade, crescimento e desenvolvimento do país. Caso ocorra qualquer desvio de finalidade por parte desses, caberá aos órgãos fiscalizadores a imediata intervenção, com a aplicação de sanções a cada caso concreto.

O que na verdade se busca é a garantia de que a Administração Pública atue em harmonia com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, atualmente com fundamento na própria Constituição e implícitos na própria concepção de Estado de Direito.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA SOCIEDADE JURIDICAMENTE ORGANIZADA

Os debates sobre o tema das Políticas Públicas tornam-se cada vez mais importantes para o aprimoramento das ações do Estado e para a melhoria da qualidade de vida de sua população. A extensão geográfica média dos territórios varia bastante, tanto entre os programas, como também, entre os territórios de um mesmo programa, havendo fortes disparidades regionais na ocupação dos seus espaços e modelos organizacionais. (FLORES, 2006).

O que se verifica no atual cenário Brasileiro é que em determinadas regiões há um crescimento acelerado de governança, com a aplicação de medidas viáveis de programas sociais, crescimento econômico, cultural e promocional. Porém, essa realidade ainda está bem distante de ser concretizada em todas as esferas regionais do país.

Não obstante, ressaltar-se a partir desse cenário a importância da aplicação dos princípios da Administração Pública contidos na Constituição Federal de 1988, em especial, ao princípio da moralidade administrativa, que vem amplamente sendo debatido no contexto jurídico atual, e que se encontram descritos em seus artigos 15, V, e 37, XXI, § 4º. (BRASIL, 1988).

Observa-se, assim, que uma das diversas inovações da Constituição Federal de 1988 está delineada no combate à corrupção, transparência, probidade administrativa e a restrição dos poderes do Administrador Público.

Porém, é cedido que os atos administrativos considerados ilegais devem estar isentados de “culpa grave”, uma vez que o legislador ao descrever o tipo legal, qualificou a conduta do agente público acoplado a lesão ao erário para ser penalizado. (GOMES, 2018).

Em tempos de globalização, informática de última geração e processos de trabalhos modernizados, há ainda uma parcela da população que vive em estágio de miséria, sem ter condições mínimas de sobrevivência. Porém o que se observa é que, por mais recursos disponibilizados pelos gestores e aplicados nas mais diversas áreas sociais (saúde, educação, segurança, cultura, esportes, etc.) a desigualdade social é visivelmente estampada no cenário mundial.

Inúmeros são os fatores que corroboram para esse cenário negativo, como, desvio de verbas públicas, fiscalização ineficaz, legislações não efetivas e corretivas, falta de

planejamento, dentre outros.

A respeito das questões sociais, Arend, (1971, p. 22) assim descreve:

A questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não anteriormente, os homens começaram a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar de que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, tinham conseguido se libertar dos grilhões da pobreza e a miserável multidão trabalhadora fosse inevitável e eterna

A nossa Constituição Federal, promulgada em 1998, estabelece diretrizes de gestão sociais, em seus diversos artigos. Os direitos sociais estão estabelecidos no art. 6º da CF/88, então vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

São perceptíveis que os direitos sociais são frutos da própria necessidade da sociedade em busca do alcance dos seus direitos e da sua própria essência. Por conta disso, o determinado dispositivo constitucional determina que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, devem manter, de forma integrada, sistemas de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento de metas do plano plurianual e a execução dos orçamentos públicos, além de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, sob os aspectos de eficiência e eficácia, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração, exercendo o controle das operações de crédito e apoiar o controle externo. (CHIAMENTI; SANTOS, 2013).

Não obstante, corrobora-se a ideia de que as práticas democráticas de uma boa gestão pública não podem ser baseadas em modelos antagônicos, mas na implementação de políticas públicas compatíveis com a realidade social de cada ente federativo. Conforme descreve Yasbek, (2004, p.26):

(...) na árdua e lenta trajetória rumo à sua efetivação como política de direitos, permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e possibilidades que permeiam a vida de seus usuários.

Assim, as ações voltadas a todas as questões sociais devem seguir padrões regionalizados, de acordo com a necessidade de cada região. No que diz respeito ao tema, Moraes, (2003, p. 202), defende:

Direitos Sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, pelo art. 1º, IV, da

Verdade seja é que, no atual cenário mundial, surgiram inúmeros modelos de investimentos públicos, seja estes realizados nos moldes culturais, educacionais, científicos, tecnológicos e assim por diante, e que, por conta disso, a tutela dos órgãos fiscalizadores precisou, também investir e aumentar com maior cautela o seu grau de controle e fiscalização das contas públicas, visando à efetivação de todas as funções públicas do Estado e a eliminação de desvios de verbas públicas.

Denota-se que a Constituição Federal de 1988, atribuiu aos Tribunais de Contas uma série de competências e funções, além de dotá-los de diversos mecanismos de controle e fiscalização das contas públicas, objetivando avaliar que a administração pública atue em consonância com os princípios constitucionais e legais a que deve submeter-se. (BRASIL, 1988).

Vale lembrar que a fiscalização não se sustenta apenas nos desvios de dinheiro público, mas também, nos modelos que se propõe, pois a finalidade de cada projeto público é atender a necessidade da população.

Assinala-se, ainda, que, a partir da publicação da Lei nº 12.527/11, foi dado maior destaque e ênfase de acesso às informações, onde, por meio da Lei de acesso à Informação, ficaram delineados os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto nos incisos XXXII, do art. 5, no inciso II, do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. (BRASIL, 2011).

Denota-se, para tanto, que o ideal de uma democracia é aquela que permite o efetivo direito de escolha, projeta a cidadania e o desenvolvimento das liberdades, como defesa das diferentes composições ideológicas de uma nação.

Outrossim, corrobora-se que, com a efetiva participação popular, inúmeras transformações ocorreram ao longo da nossa história, exigindo do Estado o reconhecimento e o comprometimento da efetivação de ações sociais em prol de um bem comum, exigindo a implementação de ações diferenciadas no território nacional para um desenvolvimento mais equilibrado entre os entes federativos.

No atual cenário brasileiro, por mais que se projete ou se programe métodos eficientes e norteadores de uma boa gestão pública, há aqueles que fogem desse contexto por interesses próprios ou inapropriados.

Nas lições delineadas por Faria (2004, p. 32), há uma clara identificação das características do atual fenômeno social, a seguir delimitada:

Com o fenômeno da globalização, as estruturas institucionais, organizacionais, políticas e jurídicas forjadas desde os séculos XVII e XVIII tendem a perder tanto sua centralidade quanto sua exclusividade. No âmbito de uma economia

transnacionalizada, as relações entre os problemas internacionais e os problemas internos de cada país vão sendo progressivamente invertida, de tal forma que os primeiros já não são mais apenas parte dos segundos; pelo contrário, os problemas internacionais não só passam a estar acima dos problemas nacionais, como também a condicioná-los.

Inúmeras foram às implantações de gestões públicas e criação de metas para o fortalecimento do sistema gerenciador de recursos públicos, onde os estados nacionais passaram a desempenhar papéis importantes no contexto nacional, porém, há alguns, ainda, que desaponta essa realidade, criando manobras de desvios de dinheiro público, mesmo estando eles submetidos a fortes fiscalizações e punições severas, comprometendo profundamente a capacidade de planejamento de uma determinada região do país.

A partir da nova realidade vivenciada, onde algumas ações são executadas com maior êxito, e outras se querem saíram do papel, mostra-se, por tanto, a incapacidade por parte de alguns gestores em gerir com eficiência o erário, com a aplicação de metas e ações que verdadeiramente atendam a sociedade necessitada.

A respeito do tema, Mestriner (2001, p. 170) define com muita veemência sua posição:

A criação de novos organismos segue a lógica do retalhamento social, criando-se serviços, projetos e programas para cada necessidade, problema ou faixa etária, compondo uma prática setORIZADA, fragmentada e descontínua, que perdura até hoje.

Ao ensejo dessas considerações, nota-se, de antemão, que é preciso analisar com maior ênfase e cautela quais são os critérios e metodologias adotadas por alguns gestores públicos, e também, pelos próprios órgãos fiscalizadores, ao passo que, é verdadeiro a conotação de grande disparidade social entre as regiões de nosso país. Até por que, ao se comparar a região Sul e a região Nordeste, em determinadas cidades há claramente avanços nos programas sociais. Porém, em outras, as ações infelizmente ainda ficaram no papel.

Assim, é preciso haver maior ação, não apenas por parte dos gestores públicos e seus órgãos fiscalizadores, mas também, uma efetiva participação popular e social, em prol da busca de melhorias e condições sociais a toda a camada da população nacional.

As controvérsias na condução desse novo paradigma de intervenção estatal, apontando os seus métodos, instrumentos e procedimentos criados para obter o esperado progresso precisam ser claramente alinhados e esclarecidos. O que na verdade se verifica é que o foco de análise está mais nos mecanismos de governança estabelecidos pelas políticas, que em seu conteúdo propriamente dito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos tempos as questões ligadas ao tema social vêm ganhando espaço de grandes proporções em todo o planeta. A falta de planejamento e gestão pública atinge todos os seguimentos da sociedade, não apenas no Brasil, mas mundo afora.

A extrema urgência no atendimento das demandas coletivas emerge como uma forma de equacionar problemas econômicos e sociais, de maneira a viabilizar o desenvolvimento do país onde as prioridades sociais, em qualquer instância e em qualquer governo devem ser mediadas com a maior brevidade.

Nos últimos anos, a capacidade de planejamento volta a ser entendida como elemento necessário à ação governamental. Ela é peça basilar para o progresso de uma nação, a partir da efetivação de mudanças significativas em seu contexto histórico, buscando a inserção social e a qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse estudo, buscou-se fazer uma análise de conceitos e situações sobre as políticas públicas, em especial, a do nosso cenário brasileiro. Os embates em torno delas vão ao encontro de modelos de processos viáveis, mais abrangentes e integrativos, que exijam sucessivas tomadas de decisão por parte de seus gestores.

Verifica-se que, por mais que existam fiscalizações por parte dos órgãos dos Tribunais de Contas, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que possamos alcançar o êxito nas ações sociais. A corrupção, o desvio de finalidade por parte de alguns gestores públicos é visivelmente constatada ao fazer o levantamento das condições de vida da nossa população.

O combate à corrupção deve ser colocado em prática urgentemente, para que as punições alcancem todos de forma igualitária, com penas mais severas e efetivadas, evitando prejuízos aos cofres públicos.

Vale frisar que os órgãos fiscalizadores são instrumentos importantes no combate à corrupção, e que eles representam garantia basilar para a sociedade. Devem estar voltados para os interesses da sociedade, atuando nas mais diferentes formas, de modo responsável e coerente.

Diante do cenário, corrobora-se a tese de que o direito deve ser assegurado em todas as instâncias e de forma igualitária, devendo para tanto, haver uma maior atuação dos órgãos fiscalizadores, para que atuem de forma rápida e precisa no combate a corrupção estampada nos órgãos públicos, evitando prejuízos aos cofres públicos, e não, apenas após os atos criminosos já estarem realizados, porquanto não se logra resgatar grande parte dos desvios financeiros.

Ademais disso, é notório que o poder público deva abrir espaço para debates, com maior participação dos cidadãos, pois assim, se tornará mais legítimo e seguro para todos

os envolvidos.

Por fim, vale frisar que os órgãos fiscalizadores são importantes no combate à corrupção, e que eles representam uma garantia democrática para a sociedade de que a competência administrativa estatal será exercida de modo responsável e coerente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. J. **Reflexos e limites da discricionariedade no poder de polícia da administração pública com base nos princípios constitucionais da legalidade e da proporcionalidade**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Fundação Carmelitana Mário Palmério, Monte Carmelo, Minas Gerais, 2018.

ARENDDT, H. **Sobre a revolução**. Lisboa: Moraes Editores, 1971.

BRASIL. **[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2021

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 14 fev. 2022.

BRACAGIOLI NETO, I. G.; OLIVEIRA, V. L. (org.). **Planejamento e gestão de projetos**. 2. ed. rev. amp. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180090/001070791.pdf?sequence=1>. Acesso em 14 fev. 2022.

BROOKE, B. S.; PAMPLONA, D. A. Os conselhos de direitos municipais, as políticas de proteção à criança e ao adolescente e a permanência das velhas estruturas de poder: um desafio à consolidação da democracia participativa no Brasil. **R. Opin. Jur.**, ano 16, n. 22, p.13-37, 2018.

CHIAMENTI, N.; SANTOS, R. C. Modelo de sistema de controle interno para a administração pública como instrumento de gestão administrativa. **Revista de Administração e Ciências Contábeis**, v. 65, n. 1, p. 1-15, 2013.

DUARTE, L. Administrar bem, lucrar sempre. Ambiente organizacional: sistema aberto ao intercâmbio de influências. **ideagri**, Belo Horizonte, 26 fev. 2018. Disponível em: <https://ideagri.com.br/posts/administrar-bem-lucrar-sempre-ambiente-organizacional-sistema-aberto-ao-intercambio-de-influencias>. Acesso em 14 fev. 2022.

FARIA, J. E. O sistema brasileiro de justiça: experiência recente e futuros desafios. **Estudos avançados**, v. 18, n. 51, p. 103-125, 2004.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. **Santiago, Chile: RIMISP**, 2006. p. 1-47.

FREITAS, S; BONTEMPO, P. Os desafios da implementação do planejamento estratégico no poder

judicário do estado de Goiás. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 1, p. 295-318, 2019.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>

FURTADO, L. R. **Curso de direito administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2007. p.1050.

GOMES, C. P. B. Reflexões sobre a aplicação de institutos penais aos atos ímprobos. **Revista de Direito da Administração Pública**, v. 1, n. 1, p. 35-57, 2018.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas públicas sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n. 55, p. 29-41, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 14 fev. 2022.

LEITE JÚNIOR, A. D. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

MARTINS, S. T. F. Processo grupal e a questão do poder Mártin-Baró. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 201-217, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/tPzYgzyYdHSWnMQCYg6zpt/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 14 fev. 2022.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudêncio, São Paulo 2007.

MEDAUAR, O. **Controle da administração pública**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MENDES, L. M.; GOMES, Â. Q. Desvendando as políticas públicas: noções introdutórias sobre o campo de análise. **Revista FSA**, v. 15, n. 6, p. 78-94, 2018.

MESTRINER, M. L. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, A. **Direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 202.

OTA, K. C. **Accountability e contas públicas: Uma análise das contas públicas do poder executivo pelo tribunal de contas dos municípios do estado do Pará no período de 2005 a 2014**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2016.

PEREIRA, J. R. T. **Gestão e controle de recursos públicos: um estudo sobre a rejeição de prestação de contas nos governos municipais do estado da Bahia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2012.

PIRES, I. C. S.; FONTES, P. Crianças nas fábricas: o trabalho infantil na indústria têxtil carioca na primeira república. **Tempo & Argumento**, v. 12, n. 30, e0101, 2020.

REIS, E. P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 11-14, 2003.

SARAIVA, M. C. **Controle da administração pública e os tribunais de conta**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Curso de Administração, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2012.

SILVA, L. A. L. **A construção federal da intersetorialidade na política de desenvolvimento social brasileira: o caso do programa bolsa família**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação, Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2013a.

SILVA, S. P. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob abordagem territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013b.

SILVA, W. C. Norma, princípios e regras no ordenamento jurídico brasileiro. **jus**, São Paulo, fev. 2018.

VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. **Policy analysis in Brazil: the state of the art**. In:

VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. (ed.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press at University of Bristol, 2013. p. 1-12.

VIEIRA, J. B.; BARRETO, R. T. S. **Governança, gestão de riscos e integridade**. Brasília: Enap, 2019.

YASBEK, M. C. As ambiguidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XXV, n. 77, p. 11-29, 2004.

CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E INTERAÇÕES COM A PESQUISA CIENTÍFICA

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

Rubens Luís Freiberg

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp. Concórdia, Santa Catarina, Brasil

Dreon Mendes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp. Concórdia, Santa Catarina, Brasil .

RESUMO: Um dos atributos da globalização é o fato de se manifestar, nos mais diferentes campos que amparam e compõem a sociedade. Surge uma sociedade fundada no sistema econômico denominado capitalismo, um processo histórico extenso. O objetivo do estudo é identificar as interações do capitalismo e a globalização sobre as pesquisas científicas. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica sistemática, em artigos publicados entre 2010 e 2020. Quando se abraça uma significação de globalização que abaliza um objetivo de independência nas sociedades, é possível criar teorias que codificam esse processo, como uma forma de conquista entre as comunidades, tornando a ciência um processo de ideias

que se movem em múltiplas direções. Esta análise projeta luzes sobre o capitalismo e a globalização, abordando suas relações com as pesquisas científicas, realçando a sua dimensão estruturante do processo de integração e conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Globalização; Relações; Pesquisa Científica.

CAPITALISM, GLOBALIZATION AND INTERACTIONS WITH SCIENTIFIC RESEARCH

ABSTRACT: One of the attributes of globalization is that it manifests itself in the most different fields that support and make up society. A society founded on the economic system called capitalism emerges, an extensive historical process. The objective of the study is to identify the interactions of capitalism and globalization on scientific research. Qualitative, systematic literature review research was used as methodology in articles published between 2010 and 2020. When one embraces a meaning of globalization that supports a goal of independence in societies, it is possible to create theories that codify this process, as a form of conquest among communities, making science a process of ideas that move in multiple directions. This analysis sheds light on capitalism and globalization, addressing their relations with scientific research, highlighting their structuring dimension in the process of integration and knowledge.

KEYWORDS: Capitalism; Globalization; Relations; Scientific research.

INTRODUÇÃO

A formação do conhecimento constitui-se um investimento fundamental nos países desenvolvidos, e recebe cada vez mais destaque nas organizações. Isso significa que o saber se transformou em um elemento basilar na dinâmica da nova ordem mundial: conhecimento e informação são recursos estratégicos e agentes transformadores da sociedade.

As transformações no mundo do trabalho influenciam à composição da sociedade da informação, se anteriormente o conhecimento compunha a base das pesquisas científicas, a globalização acrescentou um grau de acesso sem precedentes às informações. A inovação técnica e o crescimento econômico, se tornaram o mecanismo principal da economia, da reestruturação produtiva e do determinante fundamental da mudança de laboração. (ANES, 2021).

O enfrentamento de desafios pelas organizações deve ocorrer com o estímulo de processos de aprendizagem entre os cooperados, com colaboração e dinamismo coletivo para o enfrentamento dos desafios colocados pelas mudanças na era do conhecimento. (SARAVALLI, 2020).

Conhecimento para Borges Júnior (2018, p. 5 *apud* Davenport e Prusak, 1998) é como uma mistura fluída de experiência que condensa valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações.

No século XXI, o principal produto ou serviço da economia é o conhecimento, somando valor as atividades inteligentes assim, identificar os componentes ativos tangíveis e intangíveis é imprescindível. Conseqüentemente, as organizações operam, enfocando nas atividades realmente agregadoras de valor, ou, em outros termos, mais intensivas em inteligência, tratando de organizar e armazenar o conhecimento, registrando-os. Cada vez mais, as atividades rotineiras ou manuais perdem importância. (NEVES, *et al.*, 2019).

A ciência, tecnologia e inovação estão interligadas, funcionando como elementos centrais na organização da sociedade contemporânea, funcionando como afirmação da soberania e democracia dos países no mundo globalizado. O conhecimento é uma rede complexa de interações de informações, orientando o que pode ser realizado, por conseguinte, a representação daquilo que poderia ser objeto de uma decisão na sociedade. (OLIVEIRA, 2018).

No Hemisfério Ocidental, a modificação de uma sociedade da manufatura para uma sociedade industrial mudou a visão do homem de si, conseqüentemente mudou a visão da história. Surge uma sociedade fundada no sistema econômico denominado capitalismo, um processo histórico extenso que deu origem as três camadas populacionais: a camada

capitalista, camada intermediária (classe profissional ou tecnoburocrática) e a classe trabalhadora, causando a modificação concomitantemente de toda a cultura ocidental. (BRESSER-PEREIRA, 2018).

No Modo da Produção Capitalista, a relação existente entre economia e comunicação é inerente ao trabalho humano, o sistema de comunicação nasceu como elemento motivador e acelerador do sistema econômico. Assim, a comunicação faz a mediação entre o trabalho (economia), o sujeito e suas necessidades. (BOLAÑO, 2018; LOPES; SILVA, 2021).

No quesito globalização, ocorreram transformações culturais locais e, conseqüentemente, alterações em suas identidades, e, com o passar dos anos, abrangeu em larga escala todos os continentes. Neste sentido, o globalismo abarca relações, processos e estruturas de domínio e apropriação de demandas mundiais, submergindo as possibilidades de soberania e supremacia, produzindo a visão de um novo período histórico de um mundo capitalista sem fronteira. (PAUTASSO; FERNANDES, 2017).

Destarte, diante da consciência crescente que todos nós fazemos parte do mesmo globo, também fazemos parte de suas adversidades (ecológicas, históricas, políticas, econômicas, religiosas e éticas).

É neste sentido que a globalização é entendida como um processo mundial de internacionalização econômica com forte impacto sociocultural. (MOROSINI; DALLA CORTE, 2018). Em outras palavras, a globalização é vista como um processo objetivo de progressiva independência das diferentes sociedades humanas espalhadas pelo planeta, ou seja, há teorias que leem esse processo como uma nova forma de dominação de umas sociedades sobre as outras.

Diante do exposto, o objetivo do estudo é identificar as interações do capitalismo e a globalização sobre as pesquisas científicas.

CAPITALISMO X GLOBALIZAÇÃO

O mundo e a sociedade atual vivem um período de profundas transformações. Conceitos estão surgindo, ressurgindo e sendo adaptados, nascendo à Era do Conhecimento. Portanto, nas sociedades contemporâneas (de acumulação) o trabalho exerce um papel estruturante muito forte no meio social. (ROSSO, 1996).

É nesta sequência que o capitalismo é visto como sendo um sistema econômico marcado pela acumulação de recursos financeiros e materiais. Tal prática está fundamentada nas relações de compra e venda, e nas necessidades dos indivíduos, estimulado por uma economia que, gradativamente, começou a ser abalizada em valores numéricos. (BRESSER-PEREIRA, 2017).

No mesmo sentido, Lima (1998) aponta que “a natureza própria do capitalismo

exige, para sua sobrevivência, acumulação e investimentos crescentes”.

Assim sendo, o sistema capitalista é cingido em quase todo o mundo, tendo como marco inicial entre os séculos XIII e XV com o enfraquecimento do sistema feudal, surgindo então, a classe burguesa, que na época, foi considerada a classe dos ricos mercadores. No entanto, há aqueles que defendem que o capitalismo está atrelado a uma evolução natural da atividade humana, ou ainda, que o capitalismo surgiu no ocidente europeu pelo fato de haver uma demanda de comércio que se beneficiou da inexistência dos entraves ligados às práticas econômicas urbanas da época. (COMPARATO, 2011; GASPAR, 2015).

Essa teoria também, foi defendida por Max (1985), quando delineou que a origem do capitalismo ocorreu em detrimento da decomposição do feudalismo e no incremento de novos contornos de aparelhamento econômico e social. (QUINTANA; HACON, 2011).

Atualmente, há certo consenso entre os estudiosos de que o capitalismo está hoje em sua terceira fase, que corresponde ao “capitalismo financeiro”, sendo que suas duas fases anteriores correspondem ao comercial e ao industrial.

Para tanto, segundo Gaspar (2015), a adoção do mercantilismo foi um dos motivos que propiciou o desenvolvimento do trabalho no modelo capitalista e corresponde a uma política global adotada pelo Estado moderno europeu, cuja principal característica é satisfazer os interesses da burguesia emergente do período, através de diferentes maneiras, a saber: comercial, na Inglaterra; industrial na França; metalista, na Espanha.

É nesta linha que Pereira *et al.* (2017 *apud* Catani, 1986, p. 8), arrazoa que o Capitalismo é um “determinado modo de produção de mercadorias, gerado, historicamente, desde o início da Idade Moderna e que encontrou sua plenitude no intenso processo de desenvolvimento industrial inglês, ao qual se chamou de Revolução Industrial”.

Para Gaspar (2015), formou-se uma aliança entre comerciantes e realeza, o mercantilismo reconheceu como legítima a intervenção econômica do Estado no setor produtivo, como, na agricultura, nas manufaturas, no comércio, e estabeleceu uma estratificação mais rígida e hierárquica da sociedade em ordens (nobreza, clero e povo). Formam-se os grandes impérios econômicos e os poderosos estados europeus, impulsionando a economia do mundo.

É proeminente destacar que, mesmo associando o sistema capitalista como um sistema econômico, seu modo de produção, também vai interferir diretamente em outros aspectos, como o processo político e o social, antemão, ao sistema que vai influenciar na organização de todos os aspectos de uma sociedade.

Para tanto, o processo do capitalismo foi se atualizando e renovando no decorrer da história, chegando até a forma atual. É neste sentido, que Vieira *et al.* (2015a, p. 69-70 *apud* Sposito 1998) assim descreveu:

[...] há uma articulação desenvolvimento-subdesenvolvimento, e não apenas sequências ou fases de um desenvolvimento único, engendradas pelo capitalismo avançado, e concretizadas em diferentes escalas do território (partindo da cidade, passando pela região e atingindo o nível nacional). A evidência da articulação entre as economias nacionais sob o capitalismo, e de sua integração numa economia global é o fato de que apesar de haver um desenvolvimento/industrialização a nível mundial, ele seja diferenciado, embora combinado. Nesta articulação entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” está a base o desenvolvimento do capitalismo monopolista, e neste movimento os “desenvolvidos” subordinam os “subdesenvolvidos”, estabelecendo o que Castells denomina desenvolvimento dependente.

Fato, as transformações que o capitalismo promoveu em diversas sociedades nacionais contribuíram para que essa organização do espaço se desencadeasse em diversas nações, mesmo naquelas onde a industrialização não foi representativa, isto é, em diversas áreas do mundo subdesenvolvido oferecedor das diferentes e diversificadas matérias prima. (VIEIRA *et al.* 2015).

A valer, Kopnin (1978) discorre que o homem reflete a realidade, não apenas na qual ela existe imediatamente, mas também como pode e deve ela ser construída para atender as suas necessidades sociais. Muitas vezes para atender suas necessidades, o homem cria, através do conhecimento, objetos não observados na natureza.

Por derradeiro, toda a organização da sociedade e as relações de interação que os indivíduos estabelecem entre si estão, de certo modo, ligados a determinadas instituições ou organizações, também, desenvolvidas por eles. (SANTOS; SILVA, 2020). No mesmo sentido, ao advertir que, no capitalismo, mais que o fator econômico de uma sociedade, está em jogo à vida dos cidadãos, vale lembrar que neste contexto existem falhas e diferenças de pensamentos, alinhados numa circularidade incessante. Assinala-se assim, que a vivência de um paradigma faz com que se naturalizem os conceitos, os algoritmos e os objetivos de um trabalho de pesquisa.

Nesta dinâmica, Santos; Silva (2020, p. 473 *apud* Azevedo, 2008) relata que a reação social ao desvio evolui nas sociedades modernas em direção a modos de controle mais formais e mais institucionalizados, que abarca o Direito e as instituições judiciárias estatais, caminhando na direção de técnicas baseadas no convencimento do que na coerção, com o apoio dos meios de comunicação de massa.

De tal maneira, o processo da globalização pode ser considerado novo quanto à unificação de mercados, a utilização de amplos e avançados meios de comunicação e que levam a informação a uma velocidade assombrosa. (MOREIRA, 2010a). Surge assim, um novo paradigma para se levar em conta os novos e rápidos meios de transportes e uma economia interligada de forma ampla e geral, com todas as casas monetárias do mundo.

A globalização é mais que um processo e um fenômeno de abertura das economias

mundiais de forma sincronizada, apresenta-se resultado, por alguns, de uma mundialização homogeneizada. Porém, é indubitável que a globalização possa ser entendida como um processo seletivo, uma vez que ela visa a determinadas regiões, atividades ou segmentos sociais a serem integrados mundialmente. (GOMES, 2013).

A respeito do tema, Vieira; Diniz (2015, p. 14 *apud* Grew 1993, p. 228) discorre:

Poucas afirmações provocam tão pequenas controvérsias como a de que os seres humanos estão hoje em contato uns com os outros em todo o mundo como nunca na história. A lista de exemplos tornou-se uma litania: a comunicação instantânea da informação, a cultura universal de estilos e experiências, o alcance mundial de mercados e mercadorias, os produtos compostos de partes oriundas de diferentes continentes. E a referência à aldeia global tornou-se um clichê que poucos contestam.

Também, a Antropologia se debruça sobre o tema, conforme Santana Neto (2012 *apud* Moore, 1996, p. 7), da seguinte forma:

A ideia de que o mundo pode ser visto como um pequeno viveiro ligado pela abrangente força da mídia e do capitalismo internacional é o pano de fundo que serve de base ao empenho de muitos intelectuais, à atividade comercial e às diretrizes de governo na atualidade. Uma das coisas que a tecnologia realmente revoluciona é a escala, ou são as escalas, em que operam as relações sociais.

Do mesmo modo, o sistema de ideias do processo da globalização se expandiu rapidamente, tornando-se uma crença a alimentar o senso comum dos homens, além de propiciar e alimentar uma série de fenômenos reais: o avanço nos meios de comunicações, ampliação nos meios de produção, o crescimento do comércio internacional envolvendo todos os países e a agilidade nas operações financeiras. (JORENTE, 2012).

PESQUISAS CIENTÍFICAS

A história da ciência é a história do conhecimento, sobre o qual não existe consenso entre seus doutrinadores. Porém, há de se relevar que a ciência se pode absorver exclusivamente, com o aprendizado e suas experiências, estando em constante processo de revisão, o que possibilita o descobrimento de novos pontos de vista. (ASSIS, 2014).

Assim Vidotto *et al.* (2011, p. 3, *apud* Sveiby, 1998) pondera “que a economia da Era do Conhecimento, oferece recursos ilimitados porque a capacidade humana de gerar informações é infinita”. Deste modo, as pesquisas científicas têm sua importância no contexto da história, a ponto de trazer grandes conquistas e realizações para a humanidade.

De tal sorte, o reconhecimento das pesquisas científicas está relacionado à produção de trabalhos que demonstrem um grande domínio das metodologias utilizadas para a construção do conhecimento. (PRAÇA, 2015).

Nesta perspectiva, cada seguimento da ciência carrega em si uma epistemologia

que se manifesta em suas formas de interpretar o mundo, na linguagem desenvolvida para a definição de seus fenômenos e nas diferentes técnicas de investigação e transformação da realidade. E mais, elas se formam em diferentes especialidades, que se definem, não apenas pela constituição de um objeto de estudo particular, mas por suas formas de pensá-lo e torná-lo inteligível. (PRAÇA, 2015).

Conforme Costa e Porto (2010), a pesquisa é algo que se examina, utilizando critérios e especificações. Para os autores, trata-se de um processo sistemático, levando em conta os critérios formais que acompanham os seus processos, atrelados às especificações de seus modelos.

A pesquisa, ainda pode ser considerada como sendo, segundo Goulart (*et al.* 2016, p. 284, *apud* ANDRADE, 1995, p. 121). “um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

A ciência está presente, empiricamente, desde os tempos pré-históricos, quando o homem dominou o fogo, se fixou na terra deixando de ser nômade, inventou a agricultura e a roda, domesticou os animais e trabalhou com os metais. Na idade média, a ciência passou a ser trabalhada dentro das universidades, chegando a Galileu Galilei com sua contribuição da Luneta, e, após Galileu, a ciência passou a ser um setor autônomo. (ROSA, 2012).

Historicamente a ciência moderna nasce ligada ao capitalismo. Para Gault (2015, p. 157, *apud* Lacan 1998), o que distingue a ciência moderna, na ordem do tempo, é a aceleração crescente que marca seu desenvolvimento e o da técnica que a acompanha.

No século XX, a ciência e seus métodos objetivos desenvolveram pesquisas em todas as frentes do mundo físico e humano, atingindo um grau de precisão surpreendente, não somente na área de exploração espacial ou da medicina, como nos mais variados setores da sociedade. (IMANÃ-ENCINAS; SANTANA, 2019).

De modo mais abrangente, o que define o status científico de uma teoria é a sua capacidade de ser submetida a testes e refutações, caracterizando a legitimidade do processo na busca de uma teoria mais universal. (MOREIRA, 2010b).

Ante as transformações que o mundo vem sofrendo, em especial, nos aspectos ambiental e social, crescem os desafios relacionados ao campo da pesquisa científica, impondo aos pesquisadores a observância de novos paradigmas nas diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa científica, na visão de Ruiz (1991) descreve como sendo uma realização efetiva de uma investigação delimitada, ou seja, é aquela desenvolvida e composta de acordo com as normas metodológicas consagradas pela ciência.

Já para Andrade (2003, p. 121), a pesquisa científica é considerada como sendo “o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseada no raciocínio lógico que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização do método científico”.

No mesmo sentido, Chizzotti (1991, p. 11), descreve que as descobertas científicas resultam das investigações e de seus experimentos, pois assim dispõe:

(...) cabe à pesquisa investigar o mundo em que o homem vive e o próprio homem. E para essa atividade, o pesquisador recorre à observação e à reflexão que faz sobre problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida.

Ocorreu, destarte, que o fenômeno modernizador da estrutura social, por meio de movimentos sequenciais visa promover a industrialização, a urbanização, à alfabetização, com a exposição aos meios de massa e a participação coletiva nas decisões nacionais e comunitárias.

Na visão de Silva (2007), o ato de colocar em prática a pesquisa, requer-se a criação de um roteiro, de forma planejada e minuciosa, seguindo todas as etapas a serem observadas, como: seleção do tema de pesquisa, definição do problema a ser investigado, processo de coleta, análise e tratamento dos dados, e apresentação dos resultados. Em pesquisas, os estudiosos utilizam o paradigma como fundamento sobre o qual a comunidade científica desenvolve suas análises, as quais servem de base para os desenvolvimentos subsequentes da ciência.

Um paradigma se compõe de regras que orientam a investigação científica, uma vez que se estabelece um determinado paradigma à pesquisa avança na solução dos problemas. (KUHN, 2001).

Assim, Pádua (1996) define o paradigma como um exemplar, um modelo padrão, sobre o qual é efetuado a construção idealizada que serve para análise ou avaliação de uma realidade concreta. Por conseguinte, um paradigma é uma forma predominante e específica de explicação da realidade, em um determinado momento, orientando a prática dos pesquisadores, suas relações com o trabalho, à cultura e a organização social.

Á medida em que tem início o aparecimento de anomalias em um protótipo, que comprometem a objetividade e exatidão da pesquisa científica e cuja solução torna-se inviável em termos teóricos, produz-se uma “quebra” de paradigma e sua consequente substituição por outro. (LIRA, 2010).

Na concepção de Kuhn (2001), o desenvolvimento constante da ciência deve-se as anomalias que conduzem ao falseamento de teorias científicas e às mudanças de paradigmas. O tempo de acúmulo dos fatores presentes que atingem as partes vitais do

paradigma desencadeiam os estados de crises, conseqüentemente, levam as mudanças.

É neste sentido, que a pesquisa científica é vista como sendo toda prática delineada para a formação do conhecimento, sendo esta desenvolvida para exceder certas dificuldades que nascem no processo de conhecimento dos fenômenos, como, também, para explicar os fatos não conhecidos e para mostrar as limitações das velhas maneiras de explicação dos fatos já conhecidos. (SERRANO, 2003).

A pesquisa pode ser apresentada como sendo uma busca de respostas para certos questionamentos ou problemas, sem consecução de soluções imediatas na literatura, particularizada a respeito do assunto. É neste seguimento que Serrano (2003, p. 84) dispõe: “Toda pesquisa científica é um processo que consiste na investigação de alguma coisa: átomos ou nuvens, células ou ecossistemas, sociedades ou ideias. O processo de pesquisa é o que constitui os campos de pesquisa ou ciência”.

Destarte, revela-se que a pesquisa científica objetiva basicamente colaborar para a evolução do conhecimento humano em todos os campos, delineada e executada segundo os rigorosos critérios de processamento das informações levantadas sobre o tema de estudo.

Por conseguinte, a pesquisa científica constitui sempre um segmento essencial à condição humana, por desejar resolver os problemas próprios da vida, pela necessidade sempre incansável de conhecer e transformar a natureza, para, assim, prover as suas necessidades materiais e espirituais. (SERRANO, 2003).

CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM AS PESQUISAS CIENTÍFICAS

A distribuição do conhecimento é uma precisão econômica do mundo atual dos negócios. Por derradeiro, o senso comum ou conhecimento corriqueiro noticiar-se na quantidade de informações que são legadas, impregnadas ou ainda restauradas pelos indivíduos, sem passar por um processo de organização.

De tal modo, habitam-se com inúmeras crenças e mitos vivenciados por grupos sociais, sem teor crítico, repassados pelas diferentes gerações. (MEZZARROBA, 2014).

Registra-se que a ciência, na condição atual, tem em seu bojo, o resultado de descobertas científicas, cada vez mais aprimorada em decorrências do surgimento das tecnologias modernas. Assim, o seu nível recente de acréscimo foi resultante da evolução de técnicas, fatos empíricos e leis. (ARAÚJO 2017).

No mesmo sentido, Probst *et al.* (2002) observam que, nos últimos tempos, as oportunidades e riscos intrínsecos na troca global de dados, informações e conhecimentos, se tornaram uma questão social. Implicando na geração dos conhecimentos nas relações

sociais, estando em constante movimento e renovação. (OLIVEIRA, 2021).

Revela-se que a pesquisa é uma atividade tão representativa e importante na sociedade, que o número de profissionais dedicados a essa ocupação aumentou significativamente. Muito do que parecia estabelecido em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativos aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, tornar-se anacrônico ou adquirir outros sentidos.

Indubitável é que, com o aumento considerável do conhecimento humano, a ciência vem se harmonizando aos cidadãos com uma participação de fato em seu desenvolvimento, buscando, dentre seus objetivos a melhoria da qualidade de vida, além dos componentes que atendam às necessidades básicas de sobrevivência e de seus desejos, sejam eles estéticos, como também, clínicos.

No mesmo sentido, Feyerabend (1977) aponta em seus ensinamentos que o pesquisador deve escolher a melhor teoria para sugestão das hipóteses de solução para o problema de estudo. São benéficas inúmeras teorias, desde que não prevaleça à uniformidade de teoria como ajuste de solução, que ameace o livre desenvolvimento do indivíduo.

Atualmente, diante das transformações que o mundo vem suportando - ambiente e sociedade - crescem os desafios conexos ao campo da pesquisa científica, atribuindo aos pesquisadores à observância de novos paradigmas nas diferentes áreas do conhecimento.

É relevante apontar que, fazer ciência também passa por mudanças e/ou inovações para que possa atender às novas precisões e interesses da sociedade globalizada. Isto porque, o que poderia ser considerado válido no passado, hoje, pode não ter a mesma validade ou eficácia de suas precisões, requerendo, para tanto, a criação de novos paradigmas que conduzam às novas descobertas científicas. (OLIVEIRA; MOURA, 2015).

A respeito do tema, Diniz-Pereira; Zeichner (2017) discorrem que a pesquisa está permanentemente, averiguando o homem e o mundo assim, muitos pesquisadores utilizam a pesquisa-ação para observar e refletir sobre os dilemas encontrados na realidade, estruturar soluções e apontar soluções práticas tentando alcançar o equilíbrio entre homens - mundo.

O processo da globalização, distribuídos nos territórios e suas fronteiras, atrelados a todo regime político, social e cultural, parecem mesclar-se, tencionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades.

Para Mezzaroba e Monteiro (2014), as dificuldades nas pesquisas científicas está na quebra de velhos e antiquados paradigmas que moldam nossas crenças e atitudes, pois o processo da globalização abrange uma camada indeterminada de indivíduos, estando ela estampada de forma individual ou coletiva, em movimentos sociais, em organizações

e corporações empresariais, organizações religiosas, atividades intelectuais e outras, que passam a ser influenciadas pelos movimentos e pelas configurações do globalismo.

Nesse contexto quando se multiplicam as relações, os processos e as estruturas de ascendência e assimilação, bem como, de sua conexão e fragmentação, em escala mundial surgem novas exigências epistemológicas. Por sorte, a aptidão das relações, processos e estruturas de âmbito mundial, com as suas implicações locais, nacionais, regionais e mundiais, exigem conceitos, categorias ou interpretações de alcance global.

No âmbito das pesquisas científicas, a geração do conhecimento é muito mais que uma meta a ser alcançada. Isto por que, segundo Leff (2011 *apud* Khun 1962), ao tratar dos paradigmas científicos, ela deve ser entendida como sendo um processo submisso os incidentes de percurso que, por isso mesmo, promovem rupturas e reconstruções constantes em seus conceitos e juízos sobre a realidade estudada.

Como bem destacou Albrow (1990, p. 9), a “globalização diz respeito àqueles processos pelos quais os povos do mundo são incorporados em uma sociedade mundial, uma sociedade global”. Já McGrew (1992), apontou que a globalização está relacionada à multiplicidade de relações e interconexões entre Estados e sociedades, além das consequências para os indivíduos e a coletividade como um todo.

De qualquer modo, qualquer fato que ocorre em qualquer lugar, no mundo atual, pode produzir muito rapidamente seus efeitos em outros lugares. Todas as partes do mundo estão crescentemente entrelaçadas em um vasto processo. Alguns dos motivos para este novo sentido de interconexão mundial baseiam-se na ideologia e outros simplesmente na comunicação e informação mais rápida, acelerada no processo mundial da disseminação das informações.

No contexto da globalização e mudanças estruturais no âmbito das pesquisas científicas, é imperioso apontar os ensinamentos de Hobsbawn (1996), o autor ressalta que é necessário estar sempre atento para as mudanças ambientais e as transformações sociais e culturais que ocorrem na sociedade.

Assinala-se, ainda, que, nessa empreitada, o homem encontra-se com todas as forças da natureza e da sociedade, associando todas as energias da sua capacidade criadora, organizando todas as possibilidades de suas ações e compilando as melhores técnicas e instrumentos para o bom andamento de sua vida. Assim, os esforços criados e implantados no âmbito das pesquisas científicas, revelam-se na criação de novos paradigmas nas pesquisas científicas para acompanhar as transformações do mundo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de revisão sistemática da literatura, com intuito

de reunir e analisar artigos na íntegra, publicados entre 2010 e 2020, disponibilizados em bases de dados, concedendo visão ampla sobre o tema de pesquisa.

Para condução da pesquisa, percorreram-se seis etapas: elaboração da pergunta de pesquisa; levantamento dos estudos primários; extração dos dados encontrados; avaliação dos estudos; análise e síntese dos resultados. (SOUZA *et al.*, 2010).

Destarte, o estudo tem como questão norteadora: Qual a relação do capitalismo e da globalização com as pesquisas científicas?

Como critérios de inclusão selecionaram-se: artigos originais e na íntegra, publicados entre 2010 e 2020, escritos na língua Portuguesa, Inglesa e Espanhola e disponibilizados na íntegra e gratuitamente nas bases eletrônicas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando-se na pesquisa as palavras-chave: Capitalismo; Globalização; Relações; Pesquisas Científicas.

Após levantamento dos estudos, os pesquisadores realizaram a leitura dos títulos e resumos, já fazendo descarte/exclusão dos artigos que não se enquadravam nos critérios de inclusão. O próximo passo contemplou a leitura dos textos publicados na íntegra nas bases de dados, selecionando os estudos elegíveis para responder a especificidade da pesquisa e descartar os estudos inelegíveis para pesquisa.

Os resultados foram apresentados em três categorias: Capitalismo X Globalização; Pesquisas Científicas; Capitalismo, Globalização e suas Relações com as Pesquisas Científicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na visão do Capitalismo, a globalização e suas relações com as pesquisas científicas, se sobrepõem sobre a natureza externa do homem. É como se diante desses dois polos, o homem, sujeito da natureza universal, estivesse constantemente buscando dominar essa natureza externa, o que levaria a criação de uma unicidade.

No processo da Globalização, é indiscutível, que ela se manifeste em diferentes campos que amparam e compõem a sociedade, inclusive nos processos de transformações das pesquisas científicas e suas influências na vida de cada cidadão.

Por vez, o sistema econômico do Capitalismo diante do processo da Globalização, vem proporcionando mudanças no mundo do consumo dos indivíduos, mediante estratégias que reorganizam as formas de acesso as suas diversidades, articulados através de redes constituídas em torno de centros de interesse que unem forças específicas de mercado.

Ainda é possível observar que ao abraçar uma significação de globalização que abaliza um objetivo de independência nas sociedades, é possível criar teorias que codificam

este processo como uma forma de conquista entre as comunidades, tornando a ciência um sistema de ideias que se movem em múltiplas direções.

Esta análise projeta luzes sobre o capitalismo e a globalização, abordando a sua relação com as pesquisas científicas, realçando a sua dimensão estruturante do processo de integração e ao conhecimento. É neste horizonte que o processo de globalização abarca um processo mundial de internacionalização econômica com forte impacto sociocultural. Em outras palavras, a globalização é vista como um processo objetivo de progressiva independência das diferentes sociedades humanas espalhadas pelo planeta, ou ainda, como uma nova forma de dominação de umas sociedades sobre as outras, seja economicamente, socialmente e/ou intelectualmente.

Destarte, observa-se que, nos últimos tempos, as oportunidades e riscos intrínsecos na troca global de dados, informações e conhecimento, se tornaram uma questão social, estando em constante movimento e renovação.

À guisa de conclusão, revela-se que os novos tempos e os novos espaços, diante das novas formas de organização das sociedades mundiais, exigem das ciências e dos pesquisadores afins, uma imperiosa necessidade de revisão ética dos conceitos e das categorias de análise, tanto no âmbito da natureza, como da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBROW, M. Globalization, knowledge and society. In: ALBROW, M.; KING, E. (ed.). *Globalization, knowledge and society*. Londres: Sage Publications, 1990. p. 3-13.

ANDRADE, M. M. Pesquisa científica: noções introdutórias. In: ANDRADE, M. M. (org.). *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. cap. 10, p. 121-127. . Acesso em: 8 mar. 2022.

ANES, R. R. M. Reestruturação produtiva, conhecimento e adequação da universidade aos molde empresariais. *Geminal Marxismo e Educação em Debates*, v. 13, n. 1, p. 277-195, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43516/24614>. Acesso em: 8 mar. 2022.

ARAÚJO, C. A. A. Uma história intelectual da ciência da informação em três tempos. *RACIn*, v. 5, n. 2, p. 10-29, 2017. Disponível em: http://arquivologiauuepb.com.br/racin/edicoes/v5_n2/racin_v5_n2_artigo01.pdf. Acesso em: 18 fev. 2022.

ASSIS, K. R. História e filosofia da ciência no ensino de ciências e o denate universalismo versus relativismo. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 7, n. 2, p. 149-166, 2014. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/214>. Acesso em: 8 mar. 2022.

BOLAÑO, C. Crítica e emancipação nos estudos da informação, da comunicação e da cultura. **Revista Epitc**, v. 20, n. 1, p. 100-10, 2018.

BORGES JÚNIOR., G. M.; RIGO, S. M.; PINHEIRO, L. J. O.; YAMAGUCHI, K. Aplicabilidade da gestão do conhecimento no setor de tecnologia da informação numa instituição federal de ensino. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONOCIMIENTO E INOVACIÓN, 8., 2018, Guadalajara. **Anais [...]**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2018. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/issue/view/14>. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Capitalismo financeiro-rentista. **Política e dinheiro**, v. 32, n. 92, p. 17-29, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ptBDvD5MzRN7yq4hgphkCJp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2022.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

COMPARATO, Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 72, p. 251-276, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6rdn6gfNjWGcwjBVcFszSWH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2022.

COSTA, P. R.; PORTO, G. S. Gestão da cooperação empresa-universidade: caso de uma multinacional brasileira. **RAC**, v. 14, n. 1, p. 100-121, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/9VD7PJLrZD JbjF7pdvG9Lb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2022.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K. M. **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

GASPAR, R. C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cad. Metrop.**, v. 17, n. 33, p. 265-296, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/rbnKdf7jR6gT3mLbcQmNgKG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2022.

GAULT, J. L. O nascimento da ciência moderna. Uma leitura de “a ciência é a verdade”. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 2, p. 156-161, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229042579012.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GOMES, Róger Waltean. **A geopolítica portuária do século XXI no município Rio Grande/RS**: uma proposta de educação ambiental crítica/emancipatória. 2013 Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010218.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GOULART, G. S.; DAMACENA, C. A. M.; BAIRROS, C. R.; BARBOSA, D. R.; ARCARO, J. M. N.; REPETTO, V. B. B. Os paradigmas frente à ciência. **Revista de Extensão**, v. 3, n. esp., p. 282-287, 2016. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/revistaccne/index.php/ccnext/article/view/941/672>. Acesso em: 2 mar. 2022.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IMANÃ-ENCINAS, J.; SANTANA, O. A. **O trabalho científico na metodologia científica**. Brasília: UNB, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34368/1/LIVRO_TrabalhoCientificoMetodologia.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

JORENTE, M. J. V. **Ciência da informação**: mídias e convergência de linguagens na web. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109223>. Acesso em: 28 jan. 2022.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011.

LIMA, G. F. da C. Consciência Ecológica: emergência, obstáculos e desafios. **Revista Ciência Sociais - Política & Trabalho**, p. 139-154, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6420/19721>. Acesso em: 3 nov. 2020.

LIRA, G. V. **Epistemologia, metodologia e prática de um modelo cartográfico de avaliação curricular em educação médica**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

LOPES, Q. V.; SILVA, M. S.; SANTOS, A. R. J. O capitalismo e a educação. **Conjecturas**, v. 21, n. 3, p. 387-401, 2021. Disponível em: <http://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/124/100>. Acesso em: 8 mar. 2022.

KOPNÍN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MCGREW, A. G. Conceptualizing global politics. In: Anthony G. McGrew, Paul G. Lewis (ed.). **Global politics**. Cambridge: Polity Press, 1992. c. 1, p. 1-28.

MEZZAROBA, C. S. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MOREIRA, C. S. A integração regional como resposta ao processo de globalização. **Gestão Contemporânea**, ano 7, n. 7, p. 215-243, 2010a. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17553/material/1.%20ARTIGO%20%20A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20regional%20como%20resposta%20ao%20processo%20de%20globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

MOREIRA, M. A.. **Epistemologia e ensino de física**. Porto Alegre: Instituto de Física – PPGEnFis, UFRGS, 2010b. (Texto de apoio ao professor de Física).

MOROSINI, M. C.; DALLA CORTE, M. G. Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil. **Revista Educação em Questão**, v. 56, n. 47, p. 97-120, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14000>. Acesso em: 8 mar. 2022.

NEVES, I. D.; AMARANTE, J. M.; MENEGASI, C. H. M. A influência da gestão do conhecimento na motivação empreendedora de profissionais da área de tecnologia da informação. **Revista Valore**, v. 4, p. 15-28, 2019.

OLIVEIRA, G. M. M.; SILVA, P. C. O constante movimento de renovação. *Epígrafe*, v. 10, n. 1, p. 7-19, 2021.

OLIVEIRA, T. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, n. 1, p. 191-21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/fY6npwPvcTjd4ZRCWfsykyF/?format=pdf&lang=pt>

OLIVEIRA, C.; MOURA, S. P.; SOUSA E. R. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia da PUC Minas, Belo Horizonte*, v. 7, n. 1, p. 75-94, 2015.

PÁDUA, E M. M. de. *Metodologia de pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas: São Paulo, 1996.

PAUTASSO, D.; FERNANDES, M. P. Soberania ou “globalização”? Reflexões sobre um aparente antagonismo. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 6, n. 11, p. 221-240, 2017.

PEREIRA, R. S.; MOSTAGI, N. C.; AGUIAR, E. C.; REZENDE, C. H. S. O discurso da sustentabilidade no capitalismo uma falácia. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E O MEIO AMBIENTE*, 9., 2017, São Paulo. **Anais eletrônico [...]**. São Paulo: USP, 2018. p. 1-16. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/297.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos**, n. 1, p. 72-87, 2015. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. *Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso*. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

QUINTANA, A. C.; HACION, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão**, ano XIV, n. 25/26, p. 427-444, 2011. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21_OSQ_25_26_Quintana_e_Hacon.pdf. Acesso em: 8 mar. 2022.

ROSA, C. A. P. *História da ciência: da antiguidade ao renascimento científico*. v. 1, 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1019-Historia_da_Ciencia_-_Vol.I_-_Da_Antiguidade_ao_Renascimento_Cientifico.pdf. Acesso em: 8 mar. 2022.

ROSSO, S. D. *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo: LTr, 1996.

RUIZ, J. A. *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.

SANTANA NETO, A. L. *A formação continuada para o uso da TV multimídia: o olhar dos professores de história do litoral paranaense*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2012.

SANTOS, A. M. ; SILVA, A. Violência urbana e suas representações sociais. *Braz. J. of Develop.*, v. 6, n. 7, p. 47370-47384, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13276> Acesso em: 12 nov. 2020.

SARAVALLI, T. L. S. **Redes de cooperação técnica internacional**: o programa cidades do pacto global da ONU em Birigui – SP. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2020.

SERRANO, P. J. **Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica**: manual destinado à requalificação da atividade docente e da pesquisa científica nas universidades. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, S. G. de. A contribuição da pesquisa no desenvolvimento da aprendizagem da criança nas séries iniciais. Natal: Instituto Natalense de Educação Superior (INAES), 2007.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2020.

VIEIRA, J. D.; GRAÇA, R. F.; RODRIGUES, A. J.; SILVA, J. A. B. Uma breve história sobre o surgimento e o desenvolvimento o capitalismo. *Ciências Humanas e Sociais*, v. 2, n. 3, p. 125-137, 2015.

VIEIRA, . D. L.; DINIZ, B. D. O valor trabalho na sociedade de risco: a fábrica global. *Revista Thesis Juris*, v. 4, n. 1, p. 13-40, 2015.

VIDOTTO, J. D. F.; FAZZIONI, D. P. M.; RADOS, G. J. V.; SELIG, P. M. A biblioteca virtual como ferramenta da gestão do conhecimento e inovação. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL*, 11., CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2., 2011, Florianópolis. Anais eletrônico [...]. Florianópolis: Centro de Eventos da UFSC, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26056/3.32.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 mar. 2022.

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS - Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). <https://orcid.org.0000-0003396-972X> E-mail: adelciomachado@gmail.com. Ex-agente público do Estado de Santa Catarina – Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Secretarias de Estado da Educação e da Fazenda. Deu a lume 37 livros, 219 artigos científicos, 119 capítulos de livro e 64 orientações.

TEMAS
À LUZ
DA SOCIOLOGIA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

TEMAS
À LUZ
DA SOCIOLOGIA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br